

3

COLEÇÃO
JORNALISMO
NO COLETIVO



Pobres &
Nojentas



LETRA
editorial

ISBN: 978-65-88806-03-6



9 786588 806036

JORNALISMO E COMUNICAÇÃO SINDICAL EM SANTA CATARINA

JORNALISMO E COMUNICAÇÃO SINDICAL EM SANTA CATARINA

AUTORAS E AUTORES

Ana Cláudia Rocha Araujo

Cíntia Teixeira dos Santos

Cristiane Mohr

Gastão Cassel

Maria José H. Coelho

Michel Goulart da Silva

Miriam Santini de Abreu

Moacir Loth

Rosângela Bion de Assis

Sérgio Luiz Homrich dos Santos

**Ana Claudia Rocha Araujo
Cíntia Teixeira dos Santos
Cristiane Mohr
Gastão Cassel
Maria José H. Coelho
Michel Goulart da Silva
Míriam Santini de Abreu
Moacir Loth
Rosângela Bion de Assis
Sérgio Luiz Homrich dos Santos**

JORNALISMO E COMUNICAÇÃO SINDICAL EM SANTA CATARINA



Coleção Jornalismo no Coletivo
Florianópolis (SC) – 2024



Pobres &
Nojentas

L
LETRA
editorial

Textos: Ana Claudia Rocha Araujo, Cintia Teixeira dos Santos, Cristiane Mohr, Gastão Cassel, Maria José H. Coelho, Michel Goulart da Silva, Miriam Santini de Abreu, Moacir Loth, Rosângela Bion de Assis e Sérgio Luiz Homrich dos Santos

Organização: Miriam Santini de Abreu (JP8077-RS)

Editoração e capa: Sandra Werle (JP00515-SC)

Impressão: OP Editora Gráfica

Textos produzidos em 2024

Edição: Florianópolis, 2024

**Permitida a livre distribuição e cópia desde que citada a fonte.*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jornalismo e comunicação sindical em Santa Catarina. -- Florianópolis, SC :
Letra Editorial : Pobres&Nojentas, 2024.
-- (Coleção jornalismo no coletivo ; 3)

Vários autores
ISBN 978-65-88806-03-6

1. Comunicação 2. Jornalismo - Brasil
3. Sindicalismo - Brasil - História I. Série.

24-214214

CDD-070

Índices para catálogo sistemático:

1. Jornalismo 070

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

APRESENTAÇÃO

COMUNICAÇÃO E SINDICATO – OS DESAFIOS DO NOSSO TEMPO

Elaine Tavares

O debate sobre comunicação nos sindicatos sempre foi uma batalha dura de travar. Primeiro porque a esse tema quase nunca é dado o devido espaço nas direções sindicais. No mais das vezes todos advogam ser um tema estratégico, mas, na prática, sempre é deixado de lado. Por outro lado, quem já atuou em sindicato sabe: a cobrança aos jornalistas é sempre leonina, como se a comunicação fosse a responsável pelos fracassos. Sim, porque quando há vitórias, ninguém dá louros à comunicação. É fato que existem muitos encontros, seminários e debates entre os jornalistas que trabalham em sindicato, mas estão sempre repetindo as mesmas pautas, como se o acúmulo ameadado por anos e anos de discussão se esborasse tão logo o profissional volta ao local de trabalho. A realidade mostra que, apesar da formação sistemática dos jornalistas que atuam na área, segue sendo difícil a relação com as direções sindicais. Basta lembrar os cursos do Núcleo Piratininga de Comunicação, que há 30 anos promove encontros com jornalistas sindicais apostando na formação, sem que as resoluções apontadas em cada edição encontrem eco real na vida cotidiana. Daí, sempre bom recordar o saudoso Vito Giannotti, que percorria o Brasil apontando caminhos sem nunca ter sido escutado de verdade.

Hoje, a mudança radical do mundo promovida com o advento das redes sociais e as severas transformações no desenvolvimento capitalista faz com que os desafios da comunicação nos sindicatos fiquem ainda mais pesados. Isto porque no geral contrata-se um jor-

nalista – ou algum “produtor de conteúdo” – e exige-se dele o cumprimento de variadas funções. Há que buscar a informação, há que redigir, há que fotografar, há que fazer um vídeo para o Instagram, para o Tiktok e outro para o Youtube. Depois, há que editar cada um dos materiais, cada um com uma linguagem diferente, e finalmente distribuir nas diferentes plataformas. São pelos menos seis funções diferentes exigidas do profissional, sem levar em conta que é preciso também ter um tempo para ler e se formar sobre a realidade do sindicato onde está inserido, bem como as sistemáticas mudanças no sistema. Uma sobrecarga de trabalho absurda que tem levado muitos profissionais às doenças mais variadas, inclusive mentais. A exigência por uma velocidade do trabalho igual a das redes sociais esgota e aliena cada vez mais o trabalhador, que não encontra tempo para uma apuração minuciosa e muito menos para produção de conhecimento. Sem contar a presença onisciente do uatizapi, que precisa ser atendido a qualquer hora do dia. É como se o trabalhador não pudesse mais fugir do ambiente de trabalho, vivendo um círculo interminável de tensão aliado à desesperadora sensação de não estar dando conta de tudo que precisa dar. E neste diapasão obviamente que a comunicação não consegue cumprir seu propósito.

É justamente por conta dessa realidade vivida pelos profissionais da comunicação nos sindicatos que igualmente se faz necessário o debate sobre o sindicalismo atual. O que querem os sindicatos? Como atuam? Que lutas verdadeiramente encaminham para que a comunicação possa reportá-las? De que maneira estão enfrentando as transformações no sistema capitalista de produção?

Observando os números levantados pelo DIEESE, a movimentação dos trabalhadores organizados em lutas coletivas, via sindicatos, não para. Em 2023, por exemplo, foram registradas 1.132 greves, que ocasionaram um total de 42 mil horas paradas. No campo do trabalho público e estatal foram 628 greves (55,5%) e 29.352 horas paradas. No campo privado, 488 greves (43,1%) e 12.202 horas paradas. Ainda segundo o DIEESE, a maioria destas greves, 56%, durou apenas um dia e 24% delas de um a cinco dias. Poucas passaram dos 10 dias. O atraso no pagamento dos salários é a principal justificativa, seguido por protestos para que seja cumprido o piso salarial (26,7%), por melhores condições de trabalho (20,9%), alimentação (18,4%), melhoria dos serviços pú-

blicos (17,4%) e Plano de Cargos e Salários (14,7%). Vejam que, na maioria, são lutas travadas para não perder. Não há ataque ao capital, apenas defesa.

Ainda segundo o DIEESE, nos últimos anos se registrou ampliação de terceirizações, aumento de vínculos precários e privatizações. Isso resulta em jornadas excessivas, rebaixamento salarial, descumprimentos trabalhistas e queda na qualidade do atendimento. Mais da metade das greves no setor privado em 2023 (56%) envolveu trabalhadores terceirizados que atuam no serviço público (enfermeiros, porteiros, recepcionistas, trabalhadores da limpeza, das cozinhas, dos serviços gerais) ou trabalhadores que atuam em concessionárias privadas de serviços públicos (transporte coletivo, varrição e coleta de lixo).

Conforme os números, foram 884 greves com proposições defensivas (78,1%), 564 levantaram questões propositivas (49,8%) e 227 apresentaram elementos de protesto (20,1%). Nenhuma delas se caracterizou por posturas de solidariedade.

Nesse universo de lutas sindicais, a comunicação deveria ser um ponto estratégico. Afinal, no campo das lutas há que se pensar o fluxo de informações no campo digital, mas também no presencial. O que se nota é que a maioria das entidades sindicais abandonou o trabalho de base, preferindo dialogar com seus filiados via redes ou pelos aplicativos de chat como o uatizapi. Isso coloca para o profissional da comunicação um acúmulo tremendo de trabalho pelos motivos já explicados. Cada plataforma digital nova que surge exige também uma forma nova de comunicar. Exigir isso de um único profissional é totalmente absurdo. Considerando que uma grande parte dos sindicatos vem perdendo filiados e, portanto, recursos, contratar um jornalista aparece como luxo e muitos optam por não ter um profissional capacitado para esse trabalho. Apos-tam em ações voluntaristas de diretores ou em trabalhadores sem o conhecimento da produção jornalística. O resultado é obviamente a ineficácia.

Não bastasse isso, as plataformas usadas para divulgar as lutas não são de domínio do sindicato, logo, não há certeza de que as notícias serão distribuídas aos que precisam dela. Redes como Facebook, Twitter, Instagram e TikTok têm seus próprios algoritmos e podem censurar ou mal distribuir os materiais a

seu bel prazer. Assim, mesmo que o profissional de comunicação se mate para colocar a notícia em cada uma dessas plataformas, ninguém realmente sabe se vai chegar ao leitor/espectador/ouvinte. Já em espaços como o do uatizapi ou telegram, a proliferação de grupos de interesse e familiares faz com que o telefone esperto fique cada dia mais parecido com um cemitério monumental de grupos ou apenas um reino de sensações que não se fixarão em qualquer cérebro. Já são inúmeras as pesquisas sobre a dissociação cognitiva que as redes internéticas provocam nas pessoas. Ou seja, encham os celulares inteligentes de informações inúteis tornando seus usuários cada vez menos capazes de refletir criticamente sobre a realidade. Um ser desinteligente manejando uma bomba.

O trabalho de organização deste livro, a cargo da jornalista Míriam Santini de Abreu, buscou trazer a reflexão e a experiência de companheiros e companheiras que estão resistindo bravamente dentro dos sindicatos na tentativa de fazer jornalismo que, como bem ensinou Adelmo Genro Filho, seja capaz de realizar a totalização do fato, fazendo com que a pessoa que recebe a informação possa transitar do elemento singular para o particular e o universal. Só assim pode-se fechar o círculo de uma comunicação eficaz. Isso significa que não é a quantidade de informação que realmente importa, mas sim como ela é passada e sua capacidade de abranger a universalidade. O texto na sua integridade totalizante. Mas, como produzir uma informação com essa qualidade se o profissional está enredado na teia artilosa das produções ligeiras para as redes sociais? Essa é uma decisão que os sindicalistas precisam tomar. Valerá a pena tentar competir dentro das redes que, como já se sabe, estão preparadas para dar luz às ideias da classe dominante? E aqui, ainda parece bastante atual a proposta do teórico e revolucionário russo Vladimir Ilyich Ulianov, o Lenin, como é mais conhecido: na luta dos trabalhadores há que trabalhar concomitantemente agitação e propaganda. E propaganda no sentido dado por Lenin, que é a produção de informação que gera conhecimento, que promove o pensamento crítico. Para Lenin, o propagandista era aquele que sabia colocar a teoria como guia para a ação. E a propaganda deveria ser o elemento principal da agitação.

Nesse sentido, reforço o que já disse antes: os sindicatos devem ter profissionais da comunicação capazes de elaborar textos de qualidade, que totalizem os temas, que permitam aos leitores – no caso, os filiados – a possibilidade da compreensão crítica da realidade. Sem isso a agitação, seja na vida real ou nas redes, fica vazia. Aponta Lenin:

“A nossa tarefa consiste em fundir a nossa atividade com os problemas práticos, cotidianos, da classe operária, ajudar os operários a se orientarem nestas questões, despertar a atenção dos operários para os principais abusos de que são alvo, ajudá-los a formular, da maneira mais exata e prática, as reivindicações perante os patrões, desenvolver nos operários a consciência da sua solidariedade, a consciência da comunidade de interesses e da comunidade da causa de todos os operários russos como classe operária única, parte do exército mundial do proletariado”.

Eis a velha lição que sabemos de cor, mas não aplicamos na vida real.

Assim, a função do sindicato é oferecer aos trabalhadores uma clara compreensão da realidade de exploração a que estão submetidos. Mas não só. Afinal, não é a palavra que muda a vida. É a ação. Por isso, não é a comunicação que tem de dar as respostas. Ela prepara o campo para a colheita. Mas as direções sindicais precisam também atuar na vida real.

Assim também afirmava Lenin: “Não basta explicar a opressão política a que os operários estão sujeitos (da mesma maneira que não bastava explicar-lhes o antagonismo entre os seus interesses e o dos seus patrões). É necessário fazer a agitação em volta de cada manifestação concreta dessa opressão (como começamos a fazê-la a propósito das manifestações concretas da opressão econômica). E dado que as mais diversas classes são vítimas desta opressão, dado que se manifesta nos mais diferentes aspectos da vida e da atividade sindical, civil, pessoal, familiar, religiosa, científica, etc., etc., é ou não evidente que não cumpriríamos a nossa missão de desenvolver a consciência política dos operários se não nos comprometêssemos a organizar uma vasta campanha de denúncias da autocracia? Porque, para fazer agitação a propósito das manifestações concretas da opressão, é preciso denunciar essas manifestações

(do mesmo modo que para fazer agitação econômica era necessário denunciar os abusos perpetrados nas fábricas).”

E como bem explicava o grande bolchevique: para se fazer uma boa denúncia há que ter a informação correta, assim como a análise correta da conjuntura. Isso significa que o jornalista que atua em sindicato precisa de tempo para ler, estudar e elaborar seus textos. Há que priorizar isso, ou os resultados serão pífios. Antes da comunicação há que ter um sindicato capaz de compreender o seu tempo e preparar os caminhos para novas formas de enfrentamento.

Neste livro o tema do jornalismo praticado em sindicato está exposto em múltiplas perspectivas. E a intenção é de que possa ajudar não apenas aos profissionais que atuam nas entidades, mas também aos dirigentes, para que compreendam o estratégico espaço da comunicação e ajam em consequência.

São dez artigos, de Ana Claudia Rocha Araujo, Cíntia Teixeira dos Santos, Cristiane Mohr, Gastão Cassel, Michel Goulart da Silva, Maria José H. Coelho, Míriam Santini de Abreu, Moacir Loth, Rosângela Bion de Assis e Sérgio Luiz Homrich dos Santos, trabalhados desde a experiência concreta. Mais um esforço da *Revista Pobres e Nojentas* e da Letra Editorial de coser a grande colcha de retalhos que chamam de jornalismo sindical. E, nessa costura, oferecer uma ideia totalizante do tema, que não pode ser pensado separadamente da situação atual do sindicalismo.

SUMÁRIO

VIRTUALIZAÇÃO E DESGASTE DAS LUTAS SOCIAIS: DESAFIOS SINDICAIS NOS ANOS 2000 Ana Claudia Rocha Araujo	11
PROPOSIÇÕES PARA UMA COMUNICAÇÃO SINDICAL FUNCIONAL E EFICIENTE Cíntia Teixeira dos Santos	19
TRANSFORMANDO O JORNALISMO SINDICAL Cristiane Mohr	26
COMUNICAR PARA TRANSFORMAR: O DESAFIO CONTÍNUO DA IMPRENSA SINDICAL Gastão Cassel	32
OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA: JORNALISMO PARA A AÇÃO SINDICAL Maria José H. Coelho	40
UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SINDICAL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA Michel Goulart da Silva	50
SINDICATO E JORNALISMO SINDICAL: CAMINHOS PARA RECONHECER Miriam Santini de Abreu	58
JORNALISMO DE RABO DE CAVALO Moacir Loth	71
A BANDEIRA QUE PODE NOS UNIR E ESPERANÇAR Rosangela Bion de Assis	84
A LUTA (DESIGUAL) DE CLASSE NA COMUNICAÇÃO Sérgio Luiz Homrich dos Santos	93
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	104



VIRTUALIZAÇÃO E DESGASTE DAS LUTAS SOCIAIS: DESAFIOS SINDICAIS NOS ANOS 2000

Ana Claudia Rocha Araujo

Lula chefiou o Palácio do Planalto por três vezes. A desregulamentação e o desgaste das lutas sociais intensificaram a desagregação da classe trabalhadora. A população brasileira revelou-se uma das mais aderentes às redes sociais. Todos estes fatos se desenrolaram em paralelo nas duas primeiras décadas do século, compondo o cenário em que coube aos sindicatos migrar a comunicação com os trabalhadores do modelo impresso para o digital.

Neste artigo, desejo apontar elementos capazes de contribuir para uma leitura sobre os desafios políticos e de comunicação enfrentados por organizações sindicais ao longo de 19 anos, entre 2004 e 2023, período em que atuo profissionalmente junto a organizações de classe. A pretensão é provocar a reflexão e estimular diálogos sobre as transformações (ou não) da cultura de comunicação entre os sindicatos e as categorias que representam diante de um cenário de perda de direitos trabalhistas, desmobilização e algoritmização de conteúdos.

A adesão dos sindicatos à comunicação digital

A virada do século impunha a inovação como palavra de ordem. Era preciso chegar ao futuro e ele só poderia ser acessado por meio da internet. O serviço comercial da rede mundial de computadores havia sido implementado pela Embratel, em

1994. Dez anos mais tarde, em 2004, chegava via microcomputadores em 6,3 milhões de domicílios, o equivalente a 12,2% do país.

Paulatinamente, a depender das condições financeiras e de outros fatores políticos e administrativos, as organizações sindicais começaram a contratar serviços técnicos para a criação de websites como forma de permitir a comunicação com a parcela das suas bases já conectadas à web. É um processo delicado, considerando que a presença física era elemento valorizado para a produção da organização coletiva a que se propunham os sindicatos. Significava um rompimento com a memória da atuação do sindicato tradicional que podemos traduzir evocando a cena icônica do imaginário popular dos dirigentes distribuindo jornais impressos na porta do local de trabalho.



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de SC | N° 1193 | 16/12/2020 | Filial à Fenatema e a CTA

CONCURSO PÚBLICO E CONTRATAÇÃO: UMA LUTA PERMANENTE DO SINTAEMA

Após muitas reivindicações e cobranças do SINTAEMA, essa semana tivemos a notícia de que a direção da CASAN finalmente reabriu o concurso passado e fará o chamamento de novos trabalhadores e trabalhadoras. Uma vitória da CASAN PÚBLICA, DO SINTAEMA E DOS TRABALHADORES.

AMPLIAÇÃO DO PRAZO DO CONCURSO E CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

A contratação de pessoal via concurso é uma luta permanente do SINTAEMA e final do ano passado o SINTAEMA intensificou a cobrança junto à direção da CASAN para chamar os novos concursos, visto que o último concurso expirou em abril. Esse ano, tendo em vista o decreto de calamidade pública (por conta do Coronavírus), o SINTAEMA solicitou à presidenta Roberta a AMPLIAÇÃO DO PRAZO DO CONCURSO, diante da necessidade urgente de, no mínimo, 200 novos trabalhadores, especialmente nas áreas de manutenção e operação, para atender demandas já existentes nos setores.

Assesse os ofícios encaminhado à presidenta ROBERTA, em fevereiro e abril de 2020, cobrando providências urgentes para contratações, novo concurso e prorrogação do concurso atual:

- [Acesse AQUI o ofício nº16.](#)
- [Acesse AQUI o Ofício nº 31.](#)
- [Acesse AQUI o Ofício nº 32.](#)

LUTA HISTÓRICA

Há décadas uma das prioridades do SINTAEMA na CASAN tem sido a CONTRATAÇÃO DE PESSOAL ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO. Temos clareza que lutar pela contratação de pessoal via concurso público é, na prática, LUTAR CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO e a superexploração da classe trabalhadora. Travamos inúmeras batalhas como paralisações, greves, ofícios, reuniões com a diretoria da empresa, cobrando a realização de concursos públicos e a contratação dos concursos e os resultados foram positivos. Entre novembro de 2017 e março de 2020, mesmo com a nova lei da terceirização, conseguimos a contratação de aproximadamente 660 novos trabalhadores e trabalhadoras nos mais diversos cargos. Desse, 160 foram contratados entre fevereiro de 2019 e março de 2020. Neste ano, devido ao encerramento do concurso em abril, sua não prorrogação e a ausência de concurso público vigente, foram chamados apenas cerca de 50 trabalhadores. Por isso, agora, com a permissão de lei estadual e para atender a demanda atual entendemos necessária a CONTRATAÇÃO URGENTE DE, NO MÍNIMO, 200 NOVOS TRABALHADORES.

Informativo Bomba D'Água, boletim do Sintaema/SC, criado nos anos 90 e que segue ativo em 2024

EXPEDIENTE - Bomba D'Água é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de Santa Catarina - Av. Mauro Ramos, 002 - Centro - Fpolis/SC - Cep: 88020-301. Fone: (48) 3224-3068 - WhatsApp: (48) 99108-6500 - www.sintaema.org.br - imprensa@sintaema.org.br - Facebook: Sintaema SC - Instagram: sintaema_sc. Conselho Editorial: Leonardo Lacenda, Jucelio Paladini e Pedro Luena.

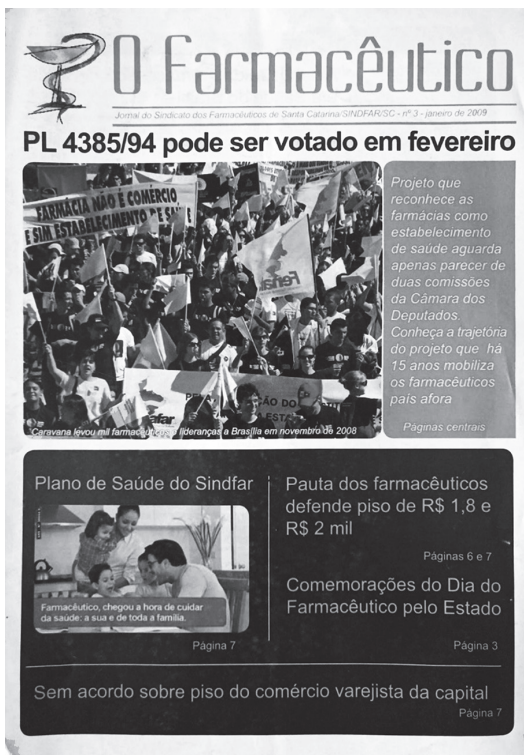


Consolidar uma identidade nunca é um processo simples ou rápido, o que também ocorre no módulo virtual. Nem sempre foi possível transportar para os sites os acervos por vezes expressivos que documentam a trajetória dos sindicatos, como fotografias, publicações e outros documentos. Neste processo, houve quem recuasse a história de luta da categoria e também quem a perdesse.

A comunicação digital avançou pelos sindicatos e, até 2020, muitos deles concentravam os informes dirigidos à base de sindicalizados nos seus sites, com distribuição por meio de informativos on-line.

Em 2009, o Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina lançava a última edição do seu “O Farmacêutico”. O custo era muito alto para uma entidade que tinha uma base de associados tão reduzida. Havia o desafio da distribuição, pulverizada nas farmácias do estado em uma época que precedia a concentração dos estabelecimentos pelas redes.

Última edição do informativo O Farmacêutico reconstituiu a linha do tempo da campanha pelo avanço do Projeto de Lei que propunha o reconhecimento das farmácias como estabelecimentos de saúde



O formato digital chegava ainda com a tentadora possibilidade de eliminar um gargalo histórico dos impressos mal projetados: a distribuição. Era comum o acúmulo de jornais e boletins que não chegavam às mãos dos destinatários, ocupando espaços físicos cada vez mais escassos nas sedes sindicais.

Isso ocorria por razões variadas, e podemos apontar aqui pelo menos duas. A primeira delas é que, com as terceirizações e cortes de vagas cada vez mais frequentes, muitas bases minguavam. A segunda é que a disposição de entregar o boletim nas mãos dos colegas, tarefa tradicionalmente atribuída ao dirigente sindical, também já não era a mesma. Não eram ocorrências isoladas a falta de interesse e a baixa receptividade dos trabalhadores pelos representantes sindicais, comportamento historicamente incentivado pelos patrões, tanto no setor público quanto no privado.

Em 2004, o Orkut surgiu semeando a cultura das redes sociais no fértil terreno brasileiro. O país se tornaria o segundo no mundo com maior presença na plataforma mundial. Sete anos depois, em 2011, o Facebook superaria o Orkut ao alcançar a marca de 36,1 milhões de usuários no Brasil, de acordo com dados divulgados pela empresa estadunidense Comscore, especializada em análise da internet e adotada como referência por veículos de comunicação no Brasil. Em 2024, ano em que este artigo foi produzido, éramos o principal país americano e o terceiro no mundo no ranking do uso destas plataformas, em especial, o Instagram e o TikTok, segundo a mesma consultoria.

Em 2014, 42,1% dos domicílios brasileiros já acessavam a internet e a popularização dos smartphones renovou os parâmetros de aferição da inclusão digital. Segundo a plataforma DataReportal, 84,4% da população era usuária de internet no Brasil em janeiro de 2023.

Mais do que uma tendência, a plataforma de Mark Zuckerberg trazia inovações como o formato de aplicativo e as páginas institucionais, destinadas a empresas, organizações e figuras públicas, que logo incluiria a habilitação da ferramenta de anúncios pagos.

As páginas e perfis institucionais inauguraram um novo canal de conexão com o público que não podia ser desperdiçado

pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – entre as quais, os sindicatos.

Logo, as redes sociais passaram a demandar a construção da reputação neste território que adaptou conceitos e linguagens para a sua própria dinâmica. Isso implica em medidas e posicionamentos capazes de tornar positiva a percepção pública do sindicato, instituição historicamente desgastada em função da campanha sistemática patronal e do capital.

A pandemia da covid-19, em 2020, intensificou as relações remotas e complexificou a dinâmica da relação entre sindicatos e suas bases. A presença digital ganhou potência e projetou a oportunidade do diálogo virtual entre o sindicato e os trabalhadores por meio de formatos multimídia, com as transmissões ao vivo e vídeos que, frequentemente, valorizam a figura do dirigente como porta-voz. Outro efeito da pandemia foi a adesão ao trabalho remoto por muitas categorias, o que aprofundou o uso das redes como canal de comunicação pelos sindicatos.

A virtualização também impacta sobre o conteúdo. Mais do que objetividade, a cultura dos sites e redes sociais impõe uma síntese que, com frequência e na prática, se confunde com a superficialidade. De maneira geral, o nível de maturidade digital dos sindicatos tem um descompasso com o ritmo de fórmulas criadas e mais facilmente assimiladas pelo mundo corporativo, como as estratégias de SEO, por exemplo. Garantir a presença digital sem seguir o pacote completo das estratégias de marketing, que exigem revisão estética e linguística, requeria a transformação de estruturas que pouco mudaram desde os anos 70.

Desgaste das lutas sociais

Outros fenômenos macro merecem consideração para compreender os desafios de posicionamento dos sindicatos nas duas últimas décadas. A dinâmica nas organizações assumiu um fluxo diferenciado à sombra de quatro governos ligados à esquerda, três deles liderados por Lula, a principal projeção política do sindicalismo brasileiro. Nos “intervalos”, o país foi chefiado por uma aliada, Dilma Rousseff (2011 a 2016); um parceiro considerado estratégico

e mais efêmero do que o planejado, Michel Temer (2016 a 2018); e um oponente direto, Jair Bolsonaro (2019 a 2022).

Uma rápida análise pela cronologia das principais lutas políticas do período, elaborada pelo Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC), principal central do país, oferece contribuições importantes para esta reflexão. No início dos anos 2000, a luta pela redução da jornada de trabalho era comum entre as bandeiras e faixas ostentadas nos atos e manifestações de trabalhadores com o apoio do movimento social. À época, a tese de que era possível diminuir a carga horária de trabalho semanal de 44 para 40 horas semanais sem redução de salário ganhava espaço no debate público e era embasada por estudos publicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Segundo os registros do CEDOC, entre 2004 e 2014, as mais expressivas atividades sindicais de caráter nacional, como Dias Nacionais de Mobilização, Marchas a Brasília e o tradicional Dia Internacional do Trabalhador e da Trabalhadora, traziam a redução de jornada entre seus motes centrais. Depois disso, a pauta desaparece. Em 2015, o “Dia Nacional de Luta Contra a Perda de Direitos e em Defesa do Emprego” se dedicou a denunciar o volume de perdas históricas provocado pelo pacote fiscal anunciado pelo Governo; as Medidas Provisórias que mudaram regras de acesso a direitos como o seguro-desemprego, abono salarial e auxílio-doença; e o avanço de um Projeto de Lei da Terceirização que, embora protocolado em 2004, encontrou, 11 anos depois, ambiente propício para a ampla tramitação no Congresso Nacional.

A partir de 2016, as centrais e sindicatos passaram a concentrar parte dos seus esforços de mobilização procurando catalisar a expressão pública contra o golpe que depôs Dilma Rousseff e, após o impeachment, por eleições diretas para a presidência. Durante o governo Bolsonaro, os altos índices de desemprego, carestia e desigualdade social, aprofundados pela pandemia da covid-19, levaram o movimento sindical a cobrar direito à vacina e medidas contra o desemprego e a fome.

Conquistar corações e mentes sempre foi um desafio de grandes proporções para as organizações dedicadas a representar os

trabalhadores. Nem o melhor jornal ou o mais criativo perfil de rede social são capazes de substituir a comunicação interpessoal do representante sindical com seu colega de trabalho, que compartilha das suas rotinas e desafios. Mas cabe a estes canais oferecer esta ponte.

Como existir, real e virtualmente, e ainda manter a essência combativa em tempos de galopante desagregação da classe trabalhadora? Em que a burocracia interna dos sindicatos disputa amplamente a atenção com a pauta política? Dirigentes e profissionais de comunicação que atuam na linha de frente dos sindicatos são desafiados por complexas perguntas cujas respostas seguem em construção.

Fontes

- Rede Nacional de Pesquisa (RNP) - <https://www.rnp.br/>
- Agência Brasil - Linha do tempo das Tecnologias de Comunicações no Brasil - <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-05/linha-do-tempo-telecomunicacoes>
- Comitê Gestor da Internet - <http://cgi.br/>
- Data Reportal - <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014 - <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9564-pnad-tic-em-2014-pela-primeira-vez-celulares-superaram-microcomputadores-no-acesso-domiciliar-a-internet>
- Pesquisa Mensal de Emprego - Evolução do Emprego com carteira de trabalho assinada 2003-2012 - https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Estudos/Evolucao_emprego_carteira_trabalho_assinada.pdf
- Suplemento de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014 - <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9564-pnad-tic-em-2014-pela-primeira-vez-celulares-superaram-microcomputadores-no-acesso-domiciliar-a-internet>
- Informativo Brasil em Síntese - IBGE - <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho>

- Poder 360 - <https://www.poder360.com.br/economia/brasil-registra-39-milhoes-de-trabalhadores-informais/>
- Carta Capital - <https://www.cartacapital.com.br/tecnologia/facebook-supera-o-orkut-em-visitantes-unicos-e-lidera-mercado-de-redes-sociais-no-pais-2/>
- Insights - [https://www.portalinsights.com.br/perguntas-frequentes/onde-o-facebook-e-mais-usado#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20de,o%20Brasil%20\(109%20milh%C3%B5es\)](https://www.portalinsights.com.br/perguntas-frequentes/onde-o-facebook-e-mais-usado#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20de,o%20Brasil%20(109%20milh%C3%B5es))

PROPOSIÇÕES PARA UMA COMUNICAÇÃO SINDICAL FUNCIONAL E EFICIENTE

Cíntia Teixeira dos Santos

A situação é recorrente: em qualquer publicação sindical destacando, por exemplo, a importância da folga aos domingos ou a necessidade do cumprimento da escala 6x1, ou ainda questionando os horários especiais abusivos, comuns no comércio principalmente no fim de ano, surge aquele comentário: “Mas se eu quiser trabalhar até a meia-noite eu trabalho, preciso da hora-extra!”. Normalmente o comentário vem seguido do infame “o sindicato só atrapalha!”. Vindo de trabalhadores assalariados, recortes como estes conseguem desanimar até o mais aguerrido ativista social.

A proposta de regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativo, por parte do governo federal, trouxe à tona, novamente, a ladainha que preza pela “liberdade” e autonomia de trabalhadores que, na prática, são uma das categorias mais precarizadas do país. Mais uma vez, a falta de consciência de classe transforma uma vítima do sistema capitalista em defensor de grandes corporações.

Essa evidente inexistência de consciência de classe de parte do trabalhador assalariado brasileiro – e as conseqüentes dificuldades encontradas pelo movimento sindical no sentido de engajar e fortalecer sua base – são de fato desanimadoras. Neste sentido, podemos pensar em como a comunicação sindical pode colaborar para melhorar a imagem do órgão sindical, com uma linguagem acessível, presença constante, prezando pela construção

de uma relação de confiança com o sindicalizado. A meta é tornar-se referência para o trabalhador, fonte de informação confiável, um porto seguro e acolhedor onde há escuta, afeto e compreensão.

O desafio é gigantesco. O trabalhador da rede de lojas de cacarecos chineses sente-se mais próximo do patrão famoso do que de seus pares. “Sindicato é um bando de vagabundo”, brada o moço, com desprezo, enquanto capricha no cumprimento (informal) da dupla função como caixa e repositor.

Duas vezes por ano lá vem a tropa trazendo a “cartinha” para não pagar a contribuição sindical. Pacientemente, a diretora tenta argumentar sobre a importância de se manter um sindicato forte e unido, mas o desconto irrisório parece pesar toneladas no bolso, além disso o contador e/ou RH da empresa praticamente intimou os empregados a visitarem o sindicato “ganancioso”.

Nos últimos anos, em decorrência da ascensão da extrema-direita no país, testemunhamos o recrudescimento da rejeição e da desconfiança ao movimento sindical – e a guerra declarada por políticos e empresários para dizimar os que mais batalham por uma vida digna ao trabalhador brasileiro. No auge do furor bolsonarista, fomos alvos frequentes de ataques e até ameaças vindas de quem nos propomos proteger. A indiferença cedeu lugar à agressividade e foi preciso muito jogo de cintura – tanto por parte dos dirigentes sindicais quanto pelos jornalistas responsáveis pela comunicação sindical – para driblar o ódio e (re) conquistar algum respeito por parte das bases. Tarefa difícil e ainda em andamento.

No Brasil – e, em particular, em Santa Catarina – vivemos uma fase intensa onde predominam os conflitos de interesses entre a classe trabalhadora e a burguesia. É importante compreender as transformações pelas quais as instituições sindicais têm passado por conta das mudanças na relação capital-trabalho e legislação brasileira. Também é preciso identificar quais os desafios atuais dos sindicatos diante das demandas sociais em que os trabalhadores estão inseridos.

Como agentes de comunicação, devemos pensar sobre o que podemos fazer para reverter os estragos advindos desde o

golpe de 2016, que macularam a imagem do movimento sindical. Trabalho em conjunto com movimentos sociais, corpo a corpo, linguagem acessível, temas de interesse imediato do público são algumas das abordagens que podem trazer, eventualmente, impactos positivos.

As novas mídias e suas possibilidades

Existe uma disputa entre as mídias – que muitas vezes mais parece uma luta entre Davi e Goliás – que permeia os meios audiovisuais, impressos e, principalmente, os digitais. Percebemos uma espécie de confronto entre visões de mundo, conhecimento histórico, cultural, hábitos. Ao provocar mudanças na ordem social, algumas mídias tendem a transformar também hábitos e tradições que pareciam imutáveis.

Fazer um jornal empresarial, da chamada grande imprensa, é uma coisa. Este é feito para um público que quer ler. Que tem hábito de leitura. Um público que, por um motivo ou por outro está esperando ter na mão seu jornal para ver o que ele quer. O que lhe interessa. Fazer um jornal, um panfleto, ou uma cartilha para um público sindical é outra coisa. O interesse deste destinatário não é automático. Quem está interessadíssimo que nosso boletim, jornal, cartilha ou livro histórico seja lido somos nós. É o diretor sindical, é o jornalista, não o sonhado destinatário (Santiago; Giannotti, 2014)

Neste momento, acompanhamos um processo de descrédito da mídia tradicional, impactada pela produção frenética de fake news por grupos com interesses escusos, para se dizer o mínimo. Parte significativa da população brasileira alçou o grupo de WhatsApp como provedor principal de informações, uma inversão de valores e de lógica capaz de assustar qualquer jornalista com um mínimo de ética e comprometimento com a notícia.

É inegável que o meio virtual é o novo suporte e os smartphones seguem como a principal plataforma onde pessoas das mais distintas classes sociais buscam informação e entretenimento. Questiona-se, ainda, se há futuro para a escrita, em razão da superação do suporte papel e do surgimento das novas mídias.

Avaliando de modo propositivo, podemos observar que hoje o banner, o informativo, o cartaz e o chamado para a assembleia podem estar todos na palma da mão do trabalhador – e sem custo adicional. Porque as redes modificaram as formas de receber e consumir conteúdos, permitindo que o texto chegue imediatamente aonde o papel levaria um bom tempo (e muito dinheiro) para atingir.

Historicamente, os principais meios de comunicação sempre estiveram nas mãos de grupos economicamente dominantes. Seja um canal de rádio ou TV, um jornal ou um portal de notícias, “qualquer meio de comunicação dominante, com mensagens mais ou menos consistentes, isto é, ideológicas, provavelmente terá um efeito naqueles que o consomem” (Silverstone, 2005). Com a popularização das redes sociais e dos inúmeros recursos que possibilitam a convergência de mídias, surgiu a oportunidade de disputarmos esta hegemonia. Tarefa árdua, mas não impossível.

O comunicar sindical é uma forma especializada de fazer comunicação, cuja razão de ser é mostrar o que a grande mídia geralmente não noticia, conscientizando politicamente os trabalhadores e mobilizando-os em defesa de seus interesses.

De acordo com Costa e Silva (2021), a comunicação sindical é uma resposta para demandas sociais e políticas de um público que vive sob a influência permanente de uma imprensa feita “a partir da visão de mundo de um grupo social hegemônico e de sua necessidade em reproduzir o status quo capitalista, ainda que sob a aparência de uma suposta imparcialidade jornalística” (Costa; Silva, 2021).

Se comunicar é condição prévia para transmitir uma proposta política, a comunicação é, necessariamente, o coração da ação sindical e está ligada a problemas cotidianos, p.ex.: o salário baixo e a condições precárias de trabalho – para atingir os assuntos da política mais global e aí estabelecer uma disputa ideológica sobre as transformações consideradas necessárias à sociedade, como acontece no caso brasileiro (Costa; Silva, 2021)

É possível dizer que talvez estejamos – nós, do movimento sindical brasileiro – passando por uma fase de redescoberta

enquanto tentamos sobreviver. Neste sentido, lembramos que o trabalhador está “inserido numa família, numa comunidade, numa região, numa cidade, num país. O interesse da classe trabalhadora afeta o desenvolvimento da sociedade. O seu bem-estar implica na sobrevivência coletiva”, pontua a professora Adriana do Amaral (2018).

Portanto, é de fundamental importância entendermos o papel do sindicato e estendermos suas ações para que se promova a cidadania junto aos diferentes perfis de indivíduos nas bases de trabalhadores brasileiros. Em suma, encontrar meios que apontem para soluções coletivas, e neste processo reforçar a imagem dos sindicatos na luta pelos direitos mais básicos na promoção de dignidade.

Comunicando na prática

Usando as sábias recomendações de Santiago e Giannotti (2014), temos diversas exigências específicas na comunicação sindical, mas podemos focar em quatro delas, pelo menos num primeiro momento:

A pauta: a ideia é atingir corações e mentes do público almejado, ou seja, dos assuntos que os preocupam e/ou dos quais precisam estar inteirados. “Falar da vida, dos medos das pessoas normais, de suas esperanças, de seus sonhos. Um jornal sindical que não fala da violência que assusta todo brasileiro, que não fala da saúde que é um caso de genocídio, do emprego que o irmão do leitor não encontra de jeito nenhum. Se não tratar destes temas, como vai ser lido? E junto com isso, logicamente, os temas típicos da atividade sindical” (Santiago; Giannotti, 2014).

A linguagem: a ideia é pensar no público-alvo e perceber o óbvio – para atingi-lo, é fundamental falarmos a língua dele. Para isso, é importante ter muito cuidado com o juridiquês ou o excesso de formalidade. Uma linguagem breve, objetiva, mas que ainda carregue toda a informação necessária é do que o público precisa. Também é a maneira mais utilizada para provocar

impacto e reações, haja vista a imediaticidade das novas mídias e a rapidez das redes sociais.

A apresentação: um visual com elementos que tragam toques de cor pode chamar a atenção do público. Atenção às chamadas utilizadas, é comum as manchetes usadas pela comunicação sindical não serem atrativas, ou melhor, são “afastativas”. “Não dizem absolutamente nada de interessante, de novo” (Santiago; Giannotti, 2014).

A distribuição: os materiais sindicais não são comercializados, e sim entregues ou postados para que fiquem à disposição do público-alvo. Quando tratamos de material impresso, sem sombra de dúvida a melhor forma de distribuí-lo é a mais pessoal: de mão em mão, o que já propicia uma conversa olho no olho, uma aproximação com o sindicalizado. Já quando se trata das redes sociais, a frequência e a atualidade das postagens mostram dinamismo e comprometimento com a categoria.

Conclusão

Enfrentar a mídia hegemônica e reverter visões de mundo pré-estabelecidas é e sempre foi o desafio maior na comunicação sindical. E é nesse sentido que estabelecemos nossa razão de existir, assim como a urgência de se estabelecer sentidos, “já que sem comunicação, a política do sindicato não existe. E não existe porque ninguém toma conhecimento dela” (Santiago, 1997).

O velho e bom carro de som circulando pelos bairros da cidade, o informativo impresso, bem elaborado, mas sucinto, e o corpo a corpo com o trabalhador jamais perderão a importância no comunicar sindical. No entanto, junto a estas estratégias, precisamos ampliar os horizontes e dominar as tecnologias que nos permitam acompanhar as transformações sociais pelas quais o trabalhador brasileiro e a sociedade, de maneira geral, vêm passando. A boa notícia é que os custos são irrisórios e que até mesmo a mídia hegemônica vem perdendo (relativo) espaço para as novas mídias, que caíram no gosto da sociedade. A má

é agora também precisamos enfrentar um exército desconhecido de produtores de *fake news* e desinformação, dispostos a vilanizar a imagem do movimento sindical, relacionando-o à criminalidade.

Nesta disputa pela confiança e pelo respeito de trabalhadores e trabalhadoras, cabe a nós, comunicadores sindicais, unidos a dirigentes e movimentos sociais, realinharmos nossas estratégias. Parafraseando Santiago e Giannotti (2014), na disputa de hegemonia política com a burguesia, precisamos afiar melhor as armas que temos à mão e sair para o campo de batalha.

Referências

- COSTA, Luciana Miranda; SILVA, João Paulo Rodrigo Hermes da. A permanência do jornal sindical impresso: para onde caminha a comunicação de resistência?. *Comunicologia*, [s. l.], p. 62-78, 2021. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/smartphone-o-novo-cigarro/>
- SANTIAGO, Cláudia; Giannotti, Vito. *Comunicação sindical: falando para milhões*. [S. l.: s. n.], 1997.
- SANTIAGO, Claudia; GIANNOTTI, Vito. *Teoria e Prática da Comunicação Sindical*. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <http://cnte.org.br/index.php/secretarias/formacao.html>.
- SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* [S. l.: s. n.], 2005.

TRANSFORMANDO O JORNALISMO SINDICAL

Cristiane Mohr

O jornalismo sindical é muito diferente do jornalismo comum, que aprendemos nas universidades, pois ele possui um público-alvo muito específico, e que muda conforme cada categoria de trabalhadores. Por exemplo, o leitor de um jornal sindical voltado para médicos, engenheiros, advogados, possui, na maioria das vezes, mais conhecimento geral que o trabalhador operário, que muitas vezes sequer terminou o ensino básico. Como se comunicar com cada trabalhador, de forma a ser compreendido e, principalmente, gerar conhecimento?

Como contemplar então um público tão diverso, porém todos sendo da mesma classe, “a trabalhadora”, “a operária”, de forma que todos compreendam as dinâmicas políticas e econômicas, que atingem diretamente o bolso e a vida de cada trabalhador?

Atualmente, Santa Catarina possui aproximadamente 100 sindicatos de trabalhadores, mapeados pelo IMDH (Instituto Memória e Direitos Humanos) da UFSC, totalizando menos que um milhão de sindicalizados, num Estado com mais de 7 milhões de pessoas. O que significa que a maior parte dos trabalhadores não são sindicalizados, e, que infelizmente, esse número diminui anualmente.

Segundo dados do IBGE, no Brasil, há aproximadamente 12.500 sindicatos de trabalhadores, que correspondem a 65,6% do total de organizações de representação de interesses econômicos e profissionais. O Brasil perdeu 5,3 milhões de trabalhadores

filiados a sindicatos de 2012 a 2022. O país tem aproximadamente 100 milhões de pessoas trabalhando formalmente, mas somente 9,1 milhões (9,2%) são sindicalizadas. É o menor patamar desde 2012, trajetória de queda que se intensificou após a reforma trabalhista de 2017.

Se pensarmos que basicamente todo sindicato possui pelo menos um assessor de comunicação e investe em novos mecanismos de comunicação com sua base, por que estamos a cada dia perdendo mais e mais filiados? Por que não conseguimos nos comunicar com a base? A minha experiência como assessora de comunicação, mais de 10 anos em sindicato especificamente, é que nosso trabalho é extremamente desconsiderado, a maioria dos sindicatos tem apenas um profissional no setor, onde ele precisa ser fotógrafo, cinegrafista, acompanhar reuniões infinitas de negociação de pautas, escrever jornal, artigos, revistas, cuidar do site, das redes sociais, escrever textos para rádio, para TV, e cuidar de todo o acervo que envolve a comunicação. Em casos de sindicatos com uma base muito ampla, como a que eu trabalhei, que atendia tanto trabalhadores da base pública como privada, pensar uma comunicação com apenas um jornalista chega a ser absurdo, desumano, e é impossível suprir as necessidades e grandiosidade de trabalhadores deste sindicato.

Quando o sindicato começa a valorizar mais sua assessoria jurídica então, aí é que a comunicação entre diretoria sindical e trabalhadores se acaba, pois aparece o juridiquês (advogado acha que falar difícil é falar bonito, pode até ser lindo, mas o trabalhador não entende nada!). É preciso ter em mente que o mesmo texto que chega na presidência, na diretoria, vai chegar para o operário, para o trabalhador das máquinas, para o pessoal dos serviços gerais, e TODOS precisam compreender o que o sindicato está dizendo. Precisamos explicar conceitos complexos com a maior clareza e objetividade possível. Muitas vezes, os próprios dirigentes sindicais, por terem mais acessos aos cursos, livros, palestras, seminários que que participam Brasil afora, acabam tendo uma vida intelectual diferente, e se esquecem do dialeto do trabalhador de sua base.

Então, basicamente, não adianta ter o melhor jornalista, os melhores mecanismos e ferramentas se a comunicação não

chega ao trabalhador. Se ele vai ler aquele texto, e pensar, o que representa, modifica isso no meu trabalho? Estou perdendo direitos? Vai afetar minha aposentadoria? De que forma? O que mantém um trabalhador sindicalizado em sua base? Qual o conhecimento que o trabalhador atual tem sobre A HISTÓRIA DE LUTAS DOS SINDICATOS PARA GARANTIR MAIORES E MELHORES DIREITOS E BENEFÍCIOS? Linguagem simples e esclarecedora sempre será o melhor caminho a seguir. O trabalhador precisa ter clareza sobre o que o sindicato quer proporcionar, compreender o que está escrito e no que afetará sua vida profissional.

Machismo nos ambientes sindicais

Preconceitos e falta de parâmetros sobre como a sociedade está se desenvolvendo e modificando seus valores pessoais (antiquados e periféricos). Como fazer um dirigente sindical ter um outro olhar sobre essas mudanças?

Enquanto assessora de comunicação, por mais de dez anos, de um sindicato estadual em Santa Catarina, fui obrigada a ouvir, diversas vezes, “qual diretor está comendo a jornalista?” simplesmente pelo fato de estar fazendo um super-trabalho, onde qualquer negociação conseguia levar a imprensa do Estado inteiro. Ser uma boa profissional não basta para uma sociedade machista e hipócrita, mesmo num ambiente que defende o discurso feminista, libertário, igualitário... Sim, existe muito machismo neste meio, que infelizmente, ainda é liderado por homens. Pois os que se dizem “não machistas” e levantam essa bandeira para aparecer na sociedade são os primeiros a oprimir uma mulher no ambiente de trabalho.

Não é possível que, ainda hoje, trabalhadores de um sindicato votem na extrema-direita. A lição está sendo tão mal feita que nem os funcionários do próprio sindicato compreenderam o mal que é uma política que destrói os direitos dos trabalhadores. Os trabalhadores em sindicatos são a linha de frente com os filiados e operários da sua base. Normalmente, quando um trabalhador chega ao sindicato de sua base, será atendido por um funcionário de sindicato, e é importantíssimo que falem a

mesma língua, que estejam em sintonia, o trabalhador precisa se sentir “em casa” em seu sindicato.

E, se eles não conseguiram mudar esses valores em seus próprios funcionários, o que se dirá de sua base de trabalhadores sindicalizados. Pensando que em cada sindicato temos uma realidade diferente, com acesso diferente à cultura, conhecimento, educação, mas, no final, são todos trabalhadores de um sistema capitalista. Alguns vão ler o jornal, assistir ao vídeo, ouvir o programa de rádio do sindicato, mas uma imensa maioria não tem interesse nos assuntos do sindicato, embora estes estejam diretamente ligados à sua vivência no trabalho, aos seus direitos trabalhistas, salários, à sua vida real e cotidiana.

Mas qual é o papel do jornalista no meio disso? Onde a sociedade parou de ler jornal e as pessoas preferem ficar na frente de um celular, lendo mentiras, notícias falsas (que acreditam piamente ser a verdade), como refazer este olhar sobre o mundo? Como reconstruir valores?

Entre os anos 2011 e 2014, um grupo de jornalistas de sindicatos de trabalhadores de Santa Catarina se reunia semanalmente para discutir o papel da comunicação dentro de seus ambientes de trabalho e como esse poderia modificar, influenciar e melhorar a sociedade como um todo. Afinal, o conteúdo produzido era enorme, nossas relações com demais sindicatos e imprensa eram próximas e produtivas. Acredito que perdemos um tempo valioso de nossas vidas discutindo como melhorar a comunicação, ao invés de discutir como fazer ela funcionar. Pois não funcionou. Se você pegar Santa Catarina, como exemplo, onde a grande maioria vota numa extrema-direita, onde não se consegue eleger um governador, um prefeito, ou a imensa maioria de deputados que defenda os trabalhadores, e não o sistema, se prova que não conseguimos fazer nossa tarefa direito. Foram realizados seminários, maravilhosos discursos, mas, infelizmente, pouco se passou das teorias, na hora de colocar em prática a comunicação é sempre a última a ser lembrada. E o resultado está aí, cada vez menos sindicalizados, os sindicatos cada vez mais fragilizados e desvalorizados.

Infelizmente, tenho muitas ressalvas sobre os dirigentes sindicais, pois a maioria quer, exige uma comunicação de qualidade,

mas não investe nela. Na hora de participar de cursos para melhorar os conhecimentos, quem participa? O dirigente sindical! Sim, aquele que não entende nada de comunicação, mas que acha importante estar lá. O jornalista no máximo vai com a função múltipla de participar, fotografar, filmar, entrevistar e documentar.

O desafio se torna ainda maior quando vivenciamos uma era em que a internet domina a comunicação, as *fake news* são amplamente divulgadas e onde a mentira parece ser mais verdadeira do que a realidade vivenciada pelos trabalhadores em seu dia a dia e que, cegos, não conseguem compreender que o sistema jamais será a favor deles, e sim do capital, das oligarquias.

Acredito que somente quando os egos e vaidades forem rompidas e de fato, todos, enquanto classe trabalhadora, nos enxergarmos como vítimas neste sistema capitalista, e, juntas, todas as categorias se unirem, poderemos ter algum avanço. Não podemos nos esquecer de que a IA (Inteligência Artificial) já é uma realidade e que está pronta para formar mais e mais pessoas ignorantes (no sentido de ignorar, desconhecer os fatos) e prontas para lutarem contra elas mesmas e a favor do patronato.

Acredito que alguns sindicatos são instituições vivas, pulsantes e buscam evolução, pois uma comunicação eficaz é o coração de qualquer movimento sindical. Porém, mais do que nunca, é preciso investir e se preparar para as mídias sintéticas, criadas pela Inteligência Artificial, e que serão capazes de iludir os trabalhadores com falsas ideias e pensamentos, que farão os trabalhadores se afastarem ainda mais dos sindicatos. Estamos preparados?

A grande ameaça, neste momento, são os conteúdos criados por Inteligência Artificial, treinada para fundir, combinar, substituir ou sobrepor áudios e imagens, áudios para criar materiais falsos em que pessoas podem ser colocadas em qualquer situação, dizendo frases nunca ditas ou assumindo atitudes jamais tomadas. Quando a democracia é abalada, os primeiros a perder direitos são os trabalhadores. Portanto, a conscientização, união dos sindicatos, das assessorias de sindicatos é fundamental nesse momento, promover debates, palestras, discutir com as demais bases sindicais é imprescindível. Os sindicatos precisam

falar a mesma língua e lutar conjuntamente nos próximos anos. Fortalecer as assessorias de comunicação, investir em mais conhecimentos e priorizar os investimentos na área. Oferecer treinamento aos filiados sobre como identificar deep fakes e como responder a eles é essencial. A capacitação ajuda a criar uma rede de defesa mais ampla contra a desinformação. Mais do que nunca, precisamos entender e pôr em prática: **Juntos somos mais!**

COMUNICAR PARA TRANSFORMAR: O DESAFIO CONTÍNUO DA IMPRENSA SINDICAL

Gastão Cassel

O final dos anos 80 e início dos 90 do século passado é marcado pelo processo de redemocratização do Brasil. A promulgação da Constituição de 1988 marca simbolicamente o fim da ditadura (militar ou empresarial-militar) e inaugura uma nova etapa da luta da classe trabalhadora e seus aliados históricos. Na cidade e no campo, a organização popular cresce, com especial destaque para os sindicatos de categorias urbanas (com destaque para os metalúrgicos de São Paulo) e ligadas a serviços públicos.

A retomada organizativa depois do período de trevas e perseguições a tudo que parecesse movimento popular abriu novos desafios, pois tratava-se, de alguma forma, de uma nova realidade política, de um cenário distinto do que se via antes e durante a ditadura. A industrialização do país, o aguçamento das distâncias sociais com o aprofundamento da concentração de propriedade e renda descortinavam um Brasil diferente, uma economia diferente, uma sociedade diferente. Há milhares de páginas escritas sobre isso por sociólogos, economistas e estudiosos em geral, por isso não se faz necessário, aqui, aprofundar as nuances desse novo panorama.

Ao mesmo tempo que as novas organizações – sindicatos, associações etc. – se empenhavam em lutas por ganhos objetivos em termos de salários, jornadas de trabalho, posse de terra e ampliação de direitos sociais e trabalhistas, florescia a percepção de que havia algo a se conquistar além das importantes bandeiras econômicas.

Havia a luta nos espaços culturais, a construção de uma ideologia de solidariedade, o desenvolvimento do senso de pertencimento social, o coletivismo, e por aí adiante. Falamos da percepção gramsciana de disputa da hegemonia, do combate na superestrutura cultural, a criação de novas mentalidades em escala social.

Claro que esse entendimento não era consenso e talvez nem maioria no meio sindical. Ou em muitos casos a concordância se limitava à formalidade, sem consequências operacionais. O movimento ainda vinha de décadas de “peleguismo” com entidades convertidas em estruturas assistenciais com serviços médicos e odontológicos, barbearias, torneios esportivos e atividades nada edificantes do ponto de vista do desenvolvimento da consciência de classe, política e organizativa. Mesmo as entidades que adotavam posturas efetivamente representativas e reivindicatórias ficavam limitadas às lutas específicas de cada categoria, no que se chamava de “corporativismo”.

O entendimento de que as conquistas isoladas de cada categoria precisavam ser ampliadas levou à construção das centrais sindicais que ajudaram a quebrar a lógica corporativa na perspectiva de que a classe trabalhadora é uma só, independente das especificidades das categorias profissionais.

Ganha força nos debates sindicais a tese do Sindicato Cidadão, referindo-se a uma prática sindical não corporativa, que dialogue com a sociedade e com outras categorias, que enxergue o trabalhador além de seu universo laboral e na sua perspectiva de cidadão, na mais ampla das possibilidades de compreensão da palavra. E o reflexo concreto dessa visão era a implementação de departamentos culturais, ações conjuntas com outras entidades e criação de estruturas de comunicação próprias.

A demanda da disputa de hegemonia desperta a necessidade de comunicar e dialogar com os trabalhadores. Assim, as entidades começam a montar estruturas de comunicação, contratar jornalistas, designers, ilustradores e publicitários. A meta era estabelecer comunicação direta com os trabalhadores, disputando com a mídia convencional das grandes redes de jornais, rádios e televisão.

As assessorias de comunicação das entidades assumem uma tarefa maior do que a tradicional mediação com veículos da

mídia convencional. O desafio era criar uma imprensa própria, jornais próprios e, em casos mais raros, até rádios e televisões. Sindicatos poderosos como os Metalúrgicos do ABC paulista e dos Bancários de SP chegaram a ter jornais impressos diários distribuídos nas suas bases. Nasce o que se passou a chamar de Imprensa Sindical.

A Imprensa Sindical emergente se desenvolve dentro de uma visão segundo a qual a democratização da comunicação e a geração de conteúdos alternativos aos produzidos pela grande mídia tinham em si um potencial de disputa e emancipação. É como se a imprensa sindical tivesse a tarefa de divulgar visões e versões ocultadas, que teriam o condão de despertar consciências. Era repetido a exaustão o dado de que dez famílias controlavam a mídia brasileira: Marinho, Saad, Edir Macedo, Sirostky, Frias, Mesquita, Civita, Silvio Santos, Martinez e Bloch.

Os veículos de comunicação estruturados a partir dos recursos dos sindicatos e movimentos sociais deveriam fazer o contraponto às informações das redes monopolistas. Era uma perspectiva imanentista que hoje, com o benefício da distância temporal, podemos avaliar como ingênua e equivocada. Acreditava-se que se a informação “sonogada” pela grande imprensa fosse divulgada haveria o desabrochamento da consciência ou a operação de uma epifania coletiva. Era como se uma “verdade” precisasse ser revelada às massas para que se realizasse uma mágica libertária.

Talvez fosse a percepção possível naquele cenário, mas hoje vemos que o tema da democratização da comunicação é muito mais complexo do que a possibilidade de dar publicidade a fatos e versões. Hoje a visão mais avançada e responsável fala justamente em regulamentar a profusão de informações que circula sem critérios éticos ou compromisso com a objetividade. Ao fantasma das famílias monopolistas se soma a sombra avassaladora das *big techs* que resistem a qualquer forma de regulamentação social.

Naquela época, inúmeros encontros de profissionais de comunicação de sindicatos aconteceram pelo Brasil afora. Na pauta, além da evidente troca de experiências, apareciam aspectos de linguagem, tecnologia, valorização do trabalho e dos profissionais de comunicação, autonomia das estruturas de imprensa entre tantos outros temas.

Em Santa Catarina, o Sindicato dos Bancários de Florianópolis foi o pioneiro da Imprensa Sindical com a semanal *Folha Sindical*, em 1987. Logo mais o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis (que depois assumiria o nome de Sinergia) cria, em 1988, o também semanário impresso *Linha Viva*. Logo em seguida, outras entidades investem pesado na comunicação: Sindprevs/SC, Apufsc, Sinte, Sintespe, entre muitos outros.

Um detalhe relevante é que essas entidades investiram muitos recursos não apenas na contratação de profissionais, mas também em infraestrutura e tecnologia. Neste período estava em franca expansão a informatização e especialmente a editoração eletrônica. Em pouco tempo o SEEB-Fpolis (antiga sigla do Sindicato dos Bancários, hoje Sintrafi), Sinergia e Sindprevs/SC tinham estruturas tão ou mais desenvolvidas que as melhores agências de comunicação e jornais do Estado. Computadores, scanners e impressoras colocaram a imprensa sindical catarinense numa relativa vanguarda tecnológica do ramo.

Interessante também que o momento de expansão da Imprensa Sindical coincide com a mudança tecnológica nos meios de comunicação. A digitalização acelerada trazia novidades sucessivas em hardware, periféricos e softwares. Particularmente em SC houve um intenso intercâmbio entre os profissionais de comunicação dos sindicatos com compartilhamento de equipamentos, conhecimentos e expertise que encorpavam as atividades de cada entidade no mesmo compasso acelerado. Um movimento colaborativo e solidário.

Mas há que se fazer a ressalva que este período promissor da Imprensa Sindical é anterior à popularização da internet e todos os recursos que fenomenicamente facilitaram a circulação de informação, trazendo à sociedade seus bônus e ônus.

A imprensa sindical catarinense desempenhou um papel importante nas discussões nacionais e acadêmicas sobre o tema. A existência informal do NOIS – Núcleo Organizado de Imprensa Sindical, principalmente articulado pelos jornalistas do Sinergia, Apufsc, Sindprevs, SEEB (antiga sigla do sindicato dos bancários de Florianópolis), Sintaema e SINTE deu corpo a uma visão de imprensa sindical que deveria extrapolar os “noticiários corporativos” para falar da luta dos trabalhadores em

geral, de cultura, esportes e outros campos de informação que extrapolavam o limite de cada categoria.

Através do NOIS era operada, também, uma produção jornalística colaborativa. Reportagens que tratavam de temas abrangentes eram publicadas em vários jornais simultaneamente. Assim, potencializava-se não só o alcance das matérias como a racionalização da produção. Para isso, o NOIS realizava reuniões de pauta sistemáticas e pensava estrategicamente em uma produção de conteúdos compartilháveis.

No centro dessa visão, coirmã da tese do Sindicato Cidadão, estava a preconização da distinção do que seria nos veículos sindicais jornalismo ou propaganda. Aos jornais deveria caber função jornalística, com material produzido com critérios e rigores jornalísticos, com apuração, impessoalidade e compromisso ético. A propaganda caberia aos cartazes, panfletos, folhetos etc estruturados com as peculiaridades persuasivas da linguagem publicitária, inclusive com a contratação de serviço de agências especializadas.

Separar propaganda de jornalismo não era mera formalidade, mas um compromisso ético com a transparência da informação e da valorização do jornalismo e seus procedimentos característicos. Seria um grave equívoco fazer da Imprensa Sindical a grande imprensa com sinal trocado. O que se preconizava era prática do jornalismo focado na objetividade, impessoal, investigativo e transparente.

Uma luta corrente dos jornalistas era pela extinção do uso da primeira pessoa do plural nos informes sindicais. Banir os “somos”, “nós” e outras expressões que forçam uma identificação com o leitor era uma meta dos profissionais. A proposta era o domínio da linguagem impessoal característica do texto jornalístico. Uma afirmação estética e técnica, mas sobretudo o exercício do jornalismo concebido como forma social de conhecimento centrado na singularidade, conforme a concepção de Adelmo Genro Filho, no célebre livro “O Segredo da Pirâmide”.

A distinção entre essas duas modalidades de comunicação – o jornalismo e a publicidade – historicamente se mostrou um grande acerto. Pois num universo de proliferação das possibilidades de geração de conteúdo, como o que vivemos a partir da

internet, as ferramentas do jornalismo são divisão de águas. Trata-se de diferenciar conteúdos aleatórios e amadores dos que são produzidos a partir de procedimentos técnicos e balizamentos éticos. Hoje a sociedade reconhece o jornalismo como um pilar da democracia, um jornalismo que, apesar de muitas imperfeições, é muito diferente de opinião. Em outras palavras, a busca pela democratização da comunicação jamais pode prescindir da defesa do jornalismo como campo de estudo e conhecimento.

Nunca saiu do horizonte e do imaginário de alguns sindicalistas e de todos os profissionais da Imprensa Sindical a ideia de ter um grande jornal “alternativo” que reunisse as capacidades e recursos dispersos de diversas entidades num projeto unificado de comunicação. Um jornal impresso era o sonho mais referido e coerente com a visão imanentista da democratização da comunicação.

O NOIS chegou a dar demonstrações da possibilidade de unificação em algumas oportunidades. Em duas greves gerais convocadas pelas Centrais Sindicais foram produzidos jornais unificados para preparar e cobrir as manifestações. Funcionou assim: nas semanas que antecediam o movimento, as estruturas e profissionais eram reunidos em um dos sindicatos, os jornais de cada entidade eram suspensos e davam lugar a um único Jornal da Greve Geral, que somava a tiragem de todos os jornais. A estrutura nas duas oportunidades ganhou reforço de alunos e professores do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. As edições foram amplamente exitosas com coberturas sofisticadas em textos e fotos.

É claro que a essas edições se sucediam reuniões entre as entidades para avaliação e especulações sobre dar continuidade e permanência ao projeto de jornal unificado. Mas também por óbvio, a unificação nunca aconteceu por conta das disputas políticas de diversas correntes pelo “controle” do projeto. Nunca se conseguiu transpor a barreira do sectarismo, mesmo que fossem tão evidentes os benefícios que se vislumbrava.

De alguma forma os sonhos e esforços por um jornal unificado eram a expressão máxima da visão imanentista que hoje vemos vulnerável. Mas essa autocrítica (porque eu também estava lá nesses momentos) não diminui nem menospreza a importância da

imprensa sindical, nem a necessidade de autonomia dos movimentos sociais para gerir sua comunicação, solidificar sua cultura e conectar valores democráticos e libertários. Também não sai de pauta a possibilidade de produções conjuntas e unificadas, que aliás é extremamente demandada pela diminuição da capacidade financeira do movimento sindical.

Todos sabem que a “imparcialidade” jornalística é um mito, quando não uma fraude. Toda a informação produzida reflete um viés de visão de mundo. A edição começa na pauta e se estende pela seleção das fontes pessoais e documentais, nas perguntas que se faz aos entrevistados, na informação que se busca e ao que seleciona (esta palavra não é um acaso) para compor o texto escrito, falado ou gravado em vídeo. A imprensa sindical deve se posicionar como possibilidade de exercício de jornalismo efetivo, responsável, objetivo e transparente. Não se fala de isenção, mas de clareza na perspectiva de produção da informação, dos critérios de edição e de publicação.

Olhando a imprensa sindical pelo retrovisor vê-se grandiosidade, um importante papel cumprido entre intempéries e ilusões. Mas olhando para frente, vemos um longo caminho a percorrer. As entidades sindicais diminuíram de tamanho, mas não de importância. Os recursos financeiros já não são abundantes como já foram. No entanto, os desafios permanecem muito parecidos e, certamente, mais complexos. E comunicar bem com as categorias e com a sociedade continua sendo um desafio.

A imprensa sindical nos tempos da cibercomunicação precisa ser tão forte como foi no tempo dos impressos e, onde ainda houver impressos, reposicionar a linguagem no contexto da dinâmica digital. Certamente falamos de uma combinação analógico e digital.

A ideia de compartilhamento e produção colaborativa permanece atual. Não se trata mais de busca de espaço para publicar coisas, mas da socialização de estratégias de alcance e engajamento e potencialização dos recursos materiais e que vão rareando nas entidades. Os possíveis canais de divulgação se multiplicaram e a disputa da atenção do público-alvo no mar de informações disponíveis é, talvez, o maior dos desafios do presente.

Mais do que nunca a imprensa sindical precisa ser profissionalizada e reforçar a noção de procedimento jornalístico para angariar público e credibilidade. Afastar-se da noção das “versões” para se apegar a materialidades, investigações, apurações e confronto de documentação. É necessário produzir o melhor jornalismo do ponto de vista técnico e ético, explorando as tecnologias e linguagens disponíveis e acessíveis. Mas também é preciso ter políticas claras de ocupação de espaços nas redes sociais, tentando que os algoritmos minimamente funcionem a favor das classes oprimidas.

Os desafios atuais são diferentes de 30 anos atrás, mas são tão urgentes quanto já foram. São diferentes e provavelmente mais complexos.

OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA: JORNALISMO PARA A AÇÃO SINDICAL

Maria José H. Coelho

O ano 2000 começou em um sábado.

Para os nascidos na década de 50 era quase uma viagem no tempo – à meia noite e 1 minuto de uma sexta feira fomos transportados para o futuro – aquele futuro que Kubrick nos apresentou em laranja e branco e que os apocalípticos anunciaram como o fim. O Bug do milênio não aconteceu. Mas o ano seguinte seria marcado pelo atentado de 11 de setembro.

No Brasil estávamos prestes a eleger o primeiro presidente oriundo da classe trabalhadora. Tv por assinatura, mídias sociais, internet, computadores, celulares e tablets entravam nas casas e nas vidas das pessoas. A economia crescia, impulsionada pelo aumento da renda e consumo das famílias.

No mundo, a globalização era fato. O crescimento do comércio mundial pautava as relações entre os países, e estabelecia a lógica do “mercado”, para o qual não podem existir fronteiras para alcançar o lucro. A redução das barreiras comerciais entre os países provocava a integração dos mercados mundiais, facilitada pela formação de blocos econômicos.

Os governos de Fernando Henrique Cardoso acolhiam a expansão do neoliberalismo no Brasil e a abertura econômica no país implicava em novos desafios para a organização dos trabalhadores brasileiros: a atuação das multinacionais e suas práticas em solo nacional.

Na esteira destes eventos, surge a ideia do Instituto Observatório Social (IOS) para *observar o comportamento de empresas*

nacionais, multinacionais e governos em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores, segundo o próprio slogan que nossa equipe de comunicação criou, para identificar o tipo de abordagem que pretendíamos fazer, a partir das pesquisas e análises comparativas entre as empresas no Brasil e no seu país de origem.

Quando me refiro à “equipe de comunicação”, estou falando de uma jornalista e de um técnico de informática – que herdei quando aceitei o cargo de coordenadora de comunicação do Instituto Observatório Social.

Mas antes é preciso trazer um pouco das origens desta iniciativa.

O Instituto Observatório Social da CUT (Central Única dos Trabalhadores) surgiu em Florianópolis, em 1997, tendo como um dos maiores incentivadores o então diretor da Escola Sindical Sul, Jorge Lorenzetti. Foi o resultado de uma iniciativa da CUT, Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), do Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) e da Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), que contou com a participação de diversos patrocinadores ao longo dos anos, incluindo sindicatos filiados à CUT e outras organizações não governamentais, instituições acadêmicas e algumas entidades internacionais que apoiam o trabalho de pesquisa e defesa dos direitos dos trabalhadores. Um dos principais apoiadores internacionais era a FNV Mondiaal, uma organização sindical holandesa, e a Fundação Friedrich Ebert (FES), ligada ao Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD). Outras instituições internacionais, em diferentes momentos, também cooperaram: o Centro de Solidariedade da AFL-CIO (Estados Unidos), as fundações Hans Böckler (Alemanha), a central sindical LO (Noruega), o Sask – Centro de Solidariedade Sindical da Finlândia, a ISP – Internacional do Serviço Público, a Oxfam (Reino Unido) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

As primeiras ações do IOS, com foco no Mercosul, se deram em 1998, mas, em 1999 foi redefinido e ampliado seu objetivo, para observar o comportamento socio-trabalhista das empresas multinacionais com atuação no Brasil. Em janeiro de 2000, foi inaugurada sua sede nacional, em Florianópolis. Os estudos passaram a monitorar temas vinculados aos direitos fundamentais

no trabalho: liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho escravo, discriminação de gênero e de raça, saúde e segurança no trabalho e meio ambiente.

A inspiração para criação do projeto Observatório Social surgiu a partir do debate sobre a adoção da cláusula social e ambiental nos acordos de comércio internacional, e tendo como centralidade as convenções da Organização Internacional do Trabalho, base para a elaboração dos Termos de Referências, produzidos por especialistas para a análise e diagnóstico do comportamento das empresas multinacionais no Brasil. Portanto, cabe aqui uma ressalva em relação às informações que constam na página atual do Observatório – seria interessante uma revisão histórica, pois não foi apenas a partir de 2011 que “todos os estudos realizados têm como referência teórica o conceito de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”.

Foi em 2000 que, convidada para coordenar a área de comunicação do Observatório, comecei a trabalhar neste projeto diferente, interessante e desafiador. Implantar a proposta de comunicação que apresentei como condicionante para aceitar o cargo não foi um problema. Acho que não havia muita expectativa em relação ao que poderia e deveria ser feito. Devo lembrar que nesta época ainda não tínhamos familiaridade com as novas mídias. A banda larga recém tinha sido adotada em substituição à internet discada. A grande novidade era o MSN e o correio eletrônico estava em alta.

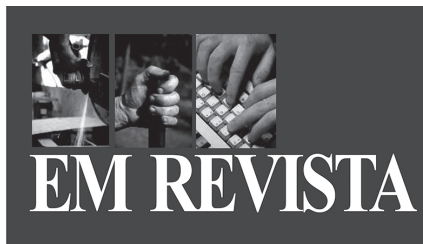
Este era o enredo e o cenário que tínhamos e a missão era implantar um projeto com ramificações globais e pretensões arrojadas – enfrentar empresas grandes e poderosas. Cara e coragem.

A estrutura do Observatório Social era formada pela Coordenação de Comunicação que, juntamente com as Coordenações Técnica, Institucional e Administrativa Financeira, formaria completamente a Equipe Executiva do Observatório Social, isso em agosto de 2000.

No mundo sindical, a participação das mulheres nunca foi significativa, sempre foi um espaço carregado de feromônios e preconceitos muito aquém das condições ideais de igualdade de gênero... casa de ferreiro... Essa situação se reproduzia também nas diretorias dos sindicatos, das federações e confederações. A CUT

e o Observatório Social não fugiam à regra. Eu era a única mulher a ocupar o cargo na coordenação do IOS.

Logo que os primeiros produtos de comunicação foram realizados – editadas as primeiras pesquisas e o site lançado, uma nova perspectiva se apresentou com o lançamento da publicação *Observatório Social Em Revista*. A publicação marcou a participação do IOS no II Fórum Social Mundial, em janeiro de 2002, e inaugurou uma estética e forma inédita no mundo sindical. A revista, impressa em policromia e em papel couchê, trazia um conteúdo elaborado por profissionais do jornalismo e seu projeto gráfico, dinâmico e inovador, não poupava recursos criativos na apresentação das matérias e na elaboração dos anúncios – páginas dedicadas a apresentar os temas com que o IOS trabalhava, mas em forma de anúncio comercial, usando este recurso, tão familiar ao público, como instrumento de denúncia do trabalho infantil, forçado, discriminação de gênero e raça, entre outros.



The Social Observatory, created four years ago as an initiative of CUT, with the participation of DIEESE, CEDEC and UNTRABALHO, evolved rapidly.

Today, we can proudly present some results of our work. This publication will evaluate the work produced up to this point and presents moreover the future projects, was officially launched in the 2nd Social World Forum – a specially chosen area to debate the globalization of worker's rights. We studied and got acquainted with the reality of multinational companies present in Brazil, such as the American Wal-Mart, the Dutch Bompreco/Alho!, Light Company, which was privatized and acquired by French state company EDF and the Spanish bank Santander. We analyzed their strategies and behavior and the result of these and other studies was presented in 2001, a year marked by the development of the legal identity of the Social Observatory and by the approval, by the European Union, of the project of the Europe Social Observatory.

The first issue of Observatório em Revista presents itself as another instrument for the spread of knowledge promoting fundamental rights in the workplace. Future issues will register new partnerships, new jobs, more debates on the social responsibility of the companies, on the role of unions and workers in promoting rights, on society's action in the search of economical development with social justice and an environmental protection.

The next pages will show you why we allow ourselves to ambitiously pursue even more.

Discover what we do. And join us.



*Kjeld A. Jakobsen
Presidente do Observatório Social*

O Observatório Social, criado há quatro anos por uma iniciativa da CUT, com participação do DIEESE, CEDEC e UNTRABALHO, evoluiu rapidamente. Hoje já podemos apresentar, com orgulho, alguns resultados de nosso trabalho. Esta publicação, que passa Em Revista o trabalho produzido até aqui e apresenta ainda os projetos futuros, foi oficialmente lançada no 2º Fórum Social Mundial. Um espaço escolhido a dedo para ressaltar a importância e a oportunidade do debate sobre a globalização dos direitos dos trabalhadores. Estudamos e conhecemos por dentro a realidade de empresas multinacionais presentes no Brasil, como a norte-americana Wal-Mart, a holandesa Bompreco/Alho!, o banco espanhol Santander e a empresa Light, que foi privatizada e adquirida pela estatal francesa: EDF. Analisamos sua estratégia e comportamento. O resultado destes e outros estudos foi apresentado em 2001, ano marcado ainda pelo desenvolvimento da identidade jurídica do Observatório Social e pela aprovação, pela União Europeia, do projeto do Observatório Social Europa. A primeira edição do Observatório Social Em Revista se apresenta como mais um instrumento de divulgação de conhecimento para a promoção dos direitos fundamentais no trabalho. Futuras edições registrarão novas parcerias, novos trabalhos, mais debates sobre a responsabilidade social das empresas, sobre o papel dos sindicatos e trabalhadores na promoção dos direitos, sobre a atuação da sociedade na busca do desenvolvimento econômico com justiça social e na proteção ao meio ambiente. As próximas páginas vão mostrar a você por que nos permitimos ambicionar ainda mais.

Conheça o que fazemos. E junte-se a nós.

*Kjeld A. Jakobsen
Presidente do Observatório Social*

5

Editorial da primeira edição da Observatório Social em Revista, de janeiro de 2002, assinado pelo então presidente do Instituto Observatório Social, Kjeld A. Jakobsen

Enquanto permaneci na coordenação da Comunicação do IOS, foram 7 edições da Observatório Social em Revista, além de outras publicações específicas, envolvendo diferentes profissionais de jornalismo e da área técnica, como Ana Iervolino, Walter André Pires, Alessandra Pires, Cristiane Matheus, Dauro Veras, Eduardo Marques, Vanessa Pedro, Laura Tuyama, Marques Casara, Rosane Lima, Sandra Werle e Sérgio Vignes. As ilustrações têm assinatura do saudoso Frank Maia.

Nossa equipe contava com pessoas comprometidas. Jornalistas talentosos, um grupo que fazia do trabalho uma bandeira de luta, um espaço criativo e divertido.

Grandes reportagens

As pesquisas nas empresas continuavam apontando posturas condenáveis por parte de multinacionais e se tornando, por si só, instrumentos importantes para a ação sindical nos mais variados ramos, como os papeleiros, comerciários, serviços públicos, químicos, bancários, metalúrgicos, trabalhadores em alimentação, extração mineral, têxteis e vestuário.

No entanto, o trabalho da comunicação até ali mostrou a capacidade de ampliação na divulgação e maior impacto sobre os resultados. Mais ainda, os recursos e a metodologia adotada pelas pesquisas exigiam um tempo de elaboração que não correspondia, em alguns casos, com a urgência das denúncias de práticas por parte de algumas grandes empresas internacionais.

Assim, surgiu a ideia das reportagens especiais. “Café do Brasil: O Amargo Sabor da Crise” foi a primeira revista da série de 3 publicações (“Café Vida e Pobreza e “Café e Pobreza”) com esta vocação. Foi publicada em 3 idiomas e produzida em parceria com a CONTAG e OXFAM/Brasil.

A publicação “Café do Brasil: O Amargo Sabor da Crise” trazia uma visão crítica e abrangente dos desafios e esperanças do setor cafeeiro brasileiro. A grande questão que se apresentou era de ordem ética, mas com repercussões estratégicas e econômicas. A reportagem relatava situações de más condições de trabalho na cadeia produtiva e isso colocava o produto brasileiro em uma situação delicada frente ao comércio internacional. Um dos patrocinadores,

a OXFAM/Brasil, tem como marca em sua assinatura internacional “Oxfam Fair Trade”. A Oxfam é uma confederação internacional de organizações que trabalham juntas para combater a pobreza e a injustiça global. “Fair Trade” refere-se ao comércio justo, um movimento que busca ajudar produtores em países em desenvolvimento a obter melhores condições de negociação e promover a sustentabilidade. Mesmo correndo o risco de apresentar as reais condições da produção do café no Brasil, em uma decisão tomada junto à direção do IOS, a revista foi publicada. Pode não parecer muito, mas isso, para uma instituição sindical, foi uma decisão arrojada, que quebrava os paradigmas corporativos e trazia à tona uma nova forma de atuar.

Não inventamos a roda, mas encontramos uma maneira diferente e eficaz para responder a uma demanda específica – trazer a público as condições de vida e trabalho de brasileiras e brasileiros e isto foi realizado a partir de uma instituição com base sindical, e patrocínio de parceiros internacionais. Colocar em um projeto jornalistas e dirigentes sindicais e produzir materiais com um resultado que atenda aos interesses comuns, não é tarefa fácil. Junte-se a isto a dificuldade de trabalhar com equipes multidisciplinares, viagens, recursos e toda a logística que envolve a realização de uma reportagem que deve ultrapassar os limites do jornalismo para ser um documento formal e juridicamente adequado para cumprir as demandas institucionais.

Prêmio Esso de Jornalismo/2003

Para ilustrar o tipo de dificuldade que nos deparávamos: em 2001, mineradoras de grande porte foram acusadas de causar danos sociais e ambientais na Amazônia brasileira, especialmente no estado do Amapá, onde um depósito de rejeitos de arsênio, bário e manganês estava contaminando o solo e ameaçava a saúde de milhares de pessoas.

Para completar o quadro, a presença de garimpeiros na região, em busca de ouro, tornava a região uma zona de conflito e apesar da investigação da CPI da Assembleia Legislativa apresentar a responsabilidade das empresas envolvidas, nada havia sido feito. A denúncia do não reconhecimento do Sindicato dos Mineiros

do Amapá e Pará como representante legal dos trabalhadores foi o fio condutor que trouxe à tona a real situação e, a partir daí, foi apurado que entre as empresas envolvidas estava uma de origem norueguesa, o que significou a participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Noruega – LO (que é a maior e mais influente organização sindical da Noruega), na publicação.

Esta era a situação que nossa reportagem deveria registrar. Mas, como enviar um jornalista para uma área de conflito? Além de toda logística que significa o deslocamento e autorizações legais, ainda tinha uma decisão muito arriscada e comprometedora – nenhuma seguradora aceitou fazer a cobertura de saúde e de vida do jornalista. O risco era grande e poderia comprometer juridicamente a instituição. Mesmo assim, assumimos. O resultado de todo este esforço foi a conquista do Prêmio Esso de Jornalismo/2003 na categoria Informação Científica, Tecnológica e Meio Ambiente para a reportagem Mineração Predatória na Amazônia Brasileira e o compromisso das empresas envolvidas em assinar um termo de ajuste de conduta.

*Capa da publicação
especial Mineração
Predatória na
Amazônia Brasileira,
de maio de 2003*



Mais atores envolvidos e resultados diretos

A reportagem seguinte teve uma trajetória um pouco diferente, pois partia da denúncia da existência de trabalho escravo na cadeia produtiva do aço. Este era o tema da sexta edição do Observatório Social Em Revista – que apresentava a persistência da escravidão contemporânea praticada no Brasil, especialmente em regiões de difícil acesso na Amazônia, presente na produção de carvão para as siderúrgicas que exportavam ferro gusa.

*Capa da
Observatório Social
em Revista nº 6, de
junho de 2004*



Nossa equipe de campo era então formada por dois grupos, compostos cada um por um jornalista e um fotógrafo que, novamente, iriam entrar em uma situação de risco. Estávamos lidando com empresas de grande porte, “gigantes industriais” na cadeia de produção do aço, e a apuração destas situações envolvia grupos econômicos então acusados pelo Ministério Público Federal. O resultado foi uma publicação que contou com a participação da OIT, Governo do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral dos

Migrantes, Contag, CUT Brasil, ONG Repórter Brasil, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal, Tribunal Superior do Trabalho. Desta vez, o prêmio não foi jornalístico, mas, pressionados pela denúncia e pela reportagem, siderúrgicas assinaram um pacto pela erradicação do trabalho escravo em sua cadeia produtiva, em 2004, em Brasília, com a presença de representantes da OIT, da Vale do Rio Doce e do IOS.

Saí da coordenação do Instituto Observatório Social no final de 2004, quando, em janeiro de 2005, a sede do IOS muda para São Paulo (SP). Continuamos eu e Sandra Werle trabalhando na edição/editoração das revistas por algum tempo ainda. Somente em março de 2010 foi alterado o projeto gráfico editorial da Revista.

Foi muito bom debruçar-me para resgatar memórias para este relato. Devo admitir que este período da minha vida representou e marcou muito o que passei a fazer e principalmente o modo de fazer. Foi a primeira vez que capitaneei uma equipe tão distinta, diversa e numerosa, que à época, passou a ser a maior equipe do IOS. Posso dizer, com muito orgulho, que fizemos a diferença. Todos que participaram deste momento carregam consigo um estilo de trabalho, um conceito de grupo, de atuar em equipe e de comprometimento, muito distinto. Com a mudança da sede para São Paulo, a instituição tomou outros rumos, mas, ninguém pode tirar de nós o mérito de ter aberto este caminho. Lembro de como pudemos construir juntos um jeito singular de trabalhar – que para muitos era porque eu tratava a todos como “mãe”, o que entendo como uma maneira de desqualificar a metodologia com que atuávamos. O papel de coordenadora, sempre fiz questão de afirmar, foi um cargo exercido sempre levando em conta uma estrutura horizontal no processo de produção.

Espero que este relato, um exercício livre de resgate de memórias, sirva como registro de um momento significativo no jornalismo sindical e, confesso que, se não fosse pela insistência da minha querida Sandra e do Prudente, não teria feito. Só fui convencida a fazê-lo após o argumento de ser esta uma experiência distinta dentro do movimento sindical brasileiro, que merecia ser contada.



Edição 5, de março de 2004



Um dos 10 “anúncios” da edição

Encerro contando algo que realmente significou muito para mim e que marcou definitivamente o meu modo de trabalhar e encarar os impactos do jornalismo.

A edição número 5 da revista, lançada em março de 2004, trouxe como tema “A mulher no mercado de trabalho”. Apresentamos dados sobre a participação das mulheres nas chefias, nos sindicatos, no trabalho e na política. Nas páginas de “anúncios”, optamos pela publicação de poemas de 10 poetisas brasileiras, ilustradas por fotos resultantes de uma oficina realizada pela fotógrafa Rosane Lima em um presídio feminino.

Um dia, muito tempo depois do lançamento da edição, recebi uma cartinha. Envelope branco, bem amassado, contando em suas dobras que de longe tinha vindo. Não era comum recebermos qualquer tipo de correspondência, mas, ali nas minhas mãos, em papel almaço e em letras pequenas e inseguras, uma mulher, trabalhadora rural, contava para mim que tinha encontrado a nossa revista na sede do sindicato rural, no interior do Estado da Bahia. Na ocasião, segundo palavras dela, “só achou muito bonita”, mas não sabia ler. Achou que ali, além da “boniteza” deveria ter alguma coisa importante escrita. E ela aprendeu a ler e escrever e fazia questão de contar isto para nós.

Do seu próprio punho.

UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SINDICAL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Michel Goulart da Silva

Os sindicatos de trabalhadores sempre utilizaram de diferentes formas para poder se comunicar com sua base de filiados, por meio de boletins, jornais, revistas e, nas últimas décadas, páginas de internet. Essas são ferramentas que proporcionam às direções sindicais, entre outras coisas, tornar públicas as suas posições e de seus filiados, informar estes sobre questões relativas a seu cotidiano de trabalho e fazer denúncias sobre situações que possam afetar os direitos da classe. Nesse sentido, pode-se entender a comunicação sindical como “um processo dialógico e horizontal, feita com e para os trabalhadores, de caráter transformador e participativo” (CASTRO, 1997, p. 172).

O presente relato de experiência apresenta as principais atividades realizadas por uma seção sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), a partir da implantação de sua política de comunicação, entre 2017 e 2020. Essa seção sindical, conhecida como Sinasefe Litoral, representa os trabalhadores da reitoria e dos campi do Instituto Federal Catarinense (IFC) localizados no Vale do Itajaí e no norte de Santa Catarina. Fundada em 2010, a seção sindical contava, na época, com cerca de quinhentos filiados, entre docentes e técnico-administrativos que trabalham em unidades nas cidades de Araquari, Blumenau (campus e reitoria), Brusque, Camboriú, São Bento do Sul e São Francisco do Sul. O Sinasefe, em âmbito nacional, foi fundado em novembro de 1988

e representa sindicalmente os servidores docentes e técnicos que atuam tanto nos institutos federais como em outras instituições federais de ensino, como o Colégio Pedro II e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Em sua política de comunicação, além da divulgação propriamente virtual de materiais, por meio de notícias na página de internet e informações veiculadas nas redes sociais, essa seção sindical do Sinasefe publicou em formato impresso o boletim *EDUC>ação* e a revista *Potemkin*. Na página de internet buscou-se, além de trabalhar com notícias informativas relacionadas à educação e ao cotidiano do sindicato, também construir especiais, entre os quais o *Perspectiva de Base*, que reuniu textos escritos por filiados e por convidados externos sobre temas relacionados à educação e à conjuntura política, e o *Tópicos de Leitura*, que se constitui em uma compilação de textos, vídeos e análises diversas sobre temas específicos divulgados em outras publicações.

Capa da primeira edição da revista Potemkin



Os mecanismos de comunicação sindical são um desdobramento da imprensa operária, entendida como “aquela ligada a alguma forma de organização da classe trabalhadora, sejam partidos, sindicatos ou quaisquer outras agremiações” (SILVA, 2016, p. 27). Por meio da imprensa operária, desde o começo do século XX, “eram veiculadas as manifestações, denúncias, greves, atividades culturais, localização de bibliotecas e Centros de Estudos Sociais, discussões teóricas etc.” (VALLADARES, 2000, p. 46). Essa imprensa está ligada diretamente ao movimento de trabalhadores, sendo possível afirmar que se constitui no “produto de uma militância que buscava construir uma sociedade oposto à sociedade capitalista” (LOBATO, 2009, p. 16).

Essa imprensa se diferencia da grande imprensa por sua forma de circulação, caracterizando-se como um meio de informação, organização e mobilização dos trabalhadores aos quais se dirige. Ela também se diferencia pelo fato de seu conteúdo ser resultado do conjunto de informações, reivindicações e propostas da base de trabalhadores que busca atingir, se constituindo no “resultado de uma participação efetiva do individual e do coletivo no processo histórico” (FERREIRA, 1988, p. 13). Observa-se ao longo do século XX um processo de desenvolvimento da comunicação sindical,

[...] estreitamente ligada ao crescimento do sindicalismo, de sua modernização e dinamização, com a ampliação do quadro de sócios das entidades, expansão das atividades, a mobilização e as grandes greves, bem como à formação das centrais sindicais, que passam a estimular a criação de novos mecanismos de comunicação e a discussão de políticas para a área (CASTRO, 1997, p. 173).

A partir da década de 1980 a comunicação sindical extrapolou os materiais impressos, começando a apostar também na realização de vídeos ou mesmo no uso do rádio. Na década de 1990 também se percebe um processo de profissionalização da comunicação sindical, onde “as redações computadorizadas das principais categorias do país distanciam-se das antigas redações sindicais que tinham a figura de um (ou mais) diretor que escrevia o jornal” (CASTRO, 1997, p. 173).

Dentro da política de comunicação implementada no Sinasefe Litoral, o boletim *EDUC>ação* contou com dez edições, publicadas

bimestralmente entre março de 2018 e dezembro de 2019. No plano de comunicação, a partir do qual foi proposta e planejada sua publicação, apontava-se que “o boletim com periodicidade mais espaçada (mensal, bi ou trimestral) pode complementar leituras realizadas em outros formatos, trazendo em si, assim como o site, uma maior diversidade de informações” (SINASEFE LITORAL, 2017, p. 10). Foram publicadas no boletim denúncias e temas diversos relacionados tanto à conjuntura política da esfera da educação e do mundo do trabalho como medidas implementadas pela reitoria do IFC que afetaram o cotidiano dos servidores da instituição. Em sua primeira edição, por exemplo, o boletim destacava o impacto da reforma trabalhista. Na segunda edição foi realizado um especial sobre assédio moral contra os trabalhadores. Em edições seguintes foram denunciados os impactos da Reforma da Previdência e dos sistemáticos cortes orçamentários na educação.

Capa da segunda edição do boletim EDUC>ação



Outra publicação impressa do Sinasefe Litoral foi a revista *Potemkin*, cuja primeira edição foi publicada em setembro de 2019. Essa revista teve como objetivo apresentar reflexões teóricas sobre educação e mundo do trabalho, publicando artigos e resenhas principalmente de servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Essa proposta de publicação de uma revista teórica pode ser vista como parte do processo de “educação sindical”, que abarca “práticas educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas”, organizadas pelas entidades dos trabalhadores, “com o intuito de veicular projetos e propostas político-sindicais e formar quadros organizativos” (MANFREDI, 2002, p. 23-4).

No primeiro número da revista *Potemkin*, dedicado a reflexões sobre os dez anos de criação da RFEPCT, foram publicados seis textos de docentes e técnicos de três instituições (IFC, IFSC e UFRJ). Em sua apresentação, afirmava-se: “neste especial, ao refletir sobre os dez anos da Rede Federal, busca-se problematizar seus diferentes aspectos, em especial as formulações teóricas que lhe sustentam, o seu processo de expansão e a forma como nela se expressam as políticas governamentais” (SILVA, 2019, p. 2). A revista, disponibilizada em formato digital e, também, produzida impressa, foi distribuída gratuitamente na reitoria e em todos os campi do IFC, divulgada em atividades locais e nacionais do Sinasefe e lançada no 2º Seminário de Educação Profissional e Tecnológica do Sintietfal, no dia 26 de outubro de 2019, em Maceió (AL). A revista *Potemkin* ainda é publicada, embora apenas de forma virtual, tendo sua edição mais recente em 2023.

Outras duas ferramentas de divulgação utilizadas pelo Sinasefe Litoral, como especiais na página de internet, foram o *Perspectiva de Base* e *Tópicos de Leitura*. No *Perspectiva de Base* foram publicados, entre 18/05/2018 e 02/09/2019, oito textos de servidores do IFC e de outras instituições, como IFSC e UFSC, discutindo temas como movimento sindical, terceirização, programa Future-se, entre outros. Em novembro de 2017 também foi publicado um especial sobre o centenário da Revolução Russa. Embora o objetivo inicial fosse proporcionar um espaço para contribuições escritas pelos filiados do sindicato, a pouca procura levou a que se convidasse redatores externos ao IFC.



Banner do especial sobre Revolução Russa

O *Tópicos de Leitura* teve dois especiais, o primeiro sobre o programa Future-se, publicada em novembro de 2019, e outra sobre a pandemia de covid-19, publicada em maio de 2020. Esse espaço reuniu textos diversos, bem como materiais informativos e vídeos, com dados e reflexões sobre o tema central proposto.



*Apresentação do *Tópicos de Leitura* publicado em maio de 2020*

No desenvolvimento dessas ações, os diretores da pasta tiveram a contribuição de um jornalista contratado pelo sindicato para desenvolver as atividades técnicas referentes à Comunicação, sendo esse profissional o responsável pela maior parte dos trabalhos de criação gráfica e elaboração de textos. No desenvolvimento

do trabalho, a principal dificuldade encontrada foi o pouco envolvimento dos demais membros da direção do sindicato, sendo o trabalho da política de comunicação desenvolvido apenas pelos dois diretores da pasta e por um dos coordenadores gerais. Contudo, apesar das dificuldades, o conjunto de ações permitiu dar visibilidade para as atividades do sindicato, ampliando sua audiência não apenas entre os servidores do IFC, mas também entre os trabalhadores de outras instituições da Rede Federal.

Percebe-se, portanto, a preocupação daquela gestão do Sinasefe Litoral em informar sua base sindical sobre os temas relevantes da conjuntura, apresentando informações que permitiam uma análise da situação econômica, política e social. Por outro lado, percebe-se também que havia a preocupação com a formação política e teórica de seus filiados, possibilitando reflexões que permitem a eles problematizar os fenômenos da realidade e, dessa forma, se mobilizar com mais consciência acerca da realidade em que estavam inseridos. Em maio de 2020, com o término da gestão que implantou esse plano de comunicação, era possível perceber, por um lado, o crescimento no número de filiados e, por outro, a consolidação das diferentes ferramentas de comunicação. Esse cenário de consolidação de uma política de comunicação sindical permitia uma ampla difusão de informações para a base do Sinasefe Litoral e, também, auxiliava no diálogo com servidores de outras instituições federais de ensino, no sentido de construir sua unidade com o conjunto da classe trabalhadora.

Referências

- CASTRO, Cosette. As transformações no mundo do trabalho e a comunicação sindical. **Revista FAMECOS**, v. 7, p. 168-179, 1997.
- FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.
- LOBATO, Mirta Zaida. **La prensa obrera**. Buenos Aires, Edhasa, 2009.
- MANFREDI, Silvia Maria. **Formação sindical: história de uma prática cultural no Brasil**. São Paulo: Escrituras, 2002.
- SILVA, Michel Goulart da. **Entre a foice e o compasso**: imprensa,

socialismo e maçonaria na trajetória de Everardo Dias na primeira república. 2016. 211 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

- SILVA, Michel Goulart da. Os trabalhadores e a expansão da educação profissional no Brasil. **Potemkin**, v. 1, p. 6-7, 2019.
- SILVA, Michel Goulart da. Uma experiência de comunicação sindical na Rede Federal. **Metodologias e Aprendizados**, nº. 5, p. 46-51, 2020.
- SINASEFE LITORAL. **Plano de comunicação**. Camboriú, 2017.
- VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e anticlericalismo**. São Paulo: Imaginário, 2000.

SINDICATO E JORNALISMO SINDICAL: CAMINHOS PARA RECONHECER

Míriam Santini de Abreu

O bem-conhecido em geral, justamente por ser *bem-conhecido*, não é *reconhecido*. E o modo mais habitual de enganar-se e de enganar os outros: pressupor no conhecimento algo como já conhecido e deixá-lo tal como está. Um saber desses, com todo o vaivém de palavras, não sai do lugar – sem saber como isso lhe sucede.

G.W.F. Hegel no Prefácio à “Fenomenologia do Espírito”

Acredito que o maior desafio dos sindicatos hoje é desvendar o que está atrás de números e estatísticas, embrenhar-se na vida cotidiana da classe trabalhadora e capacitar cada vez mais pessoas para mudá-la. Parece uma missão um tanto quanto óbvia, mas não é. Ela implica deter números e estatísticas confiáveis, experimentar a riqueza e miséria do cotidiano de quem vende a força de trabalho e, com discurso e ação, denunciar a ideologia que impede a interpretação da realidade e sua mudança em prol da emancipação humana.

O tamanho de tal missão me apareceu na pesquisa para a escrita deste artigo. Eu precisava de três estudos referentes a 2023/2024: 1) o “retrato” da classe trabalhadora catarinense; 2) as demandas do movimento popular do estado e 3) a situação da mídia hegemônica e contra-hegemônica local. Os estudos que encontrei são desatualizados, fragmentados e difíceis de localizar. Essa ausência diz muito da precariedade da análise de

dados e sua necessária interpretação para a tomada de decisões nos sindicatos, daí resultando também as debilidades do jornalismo sindical.

Solicitei então ao economista José Álvaro de Lima Cardoso, que atua no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) de Santa Catarina, o perfil atualizado do trabalhador no estado a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Ele destacou que a definição de um perfil predominante do trabalhador brasileiro é complexa, porque a heterogeneidade é uma das características fundamentais do mercado de trabalho no país. A dificuldade é grande mesmo no mercado de trabalho de Santa Catarina, possivelmente o mais homogêneo nacionalmente, tendo hoje a terceira menor taxa de desocupação e o maior percentual de pessoas com carteira assinada, 87,2%.

Os dados mostram que trabalhador catarinense está predominantemente no setor de Serviços, e a maioria dos atributos a seguir é típica desse setor. O perfil predominante do trabalhador com carteira assinada é o seguinte:

- Taxa de desocupação: 3,8%.
- Jornada de trabalho: 8 horas diárias.
- Não sindicalizado: na Região Sul, que apresenta a maior taxa de sindicalização do país, apenas 11 em cada 100 trabalhadores são filiados ao sindicato. Na média do país, a taxa é de 9,2%, segundo o IBGE.
- Setor de Trabalho: Serviços (segunda possibilidade é a Indústria. Santa Catarina é o estado com a maior densidade industrial do país).
- Gênero: em 2022, segundo a RAIS, 45,8% dos trabalhadores eram mulheres e 54,2% eram homens.
- Remuneração média (RAIS, 2022): mulher: R\$ 3.226,50; homem: R\$ 4.327,42.
- Local onde trabalha: Mesorregião do Vale do Itajaí reúne maior número de empregos (709.352, segundo a RAIS).
- Porte da empresa em que trabalha: grande empresa (receita operacional bruta anual acima de R\$ 300 milhões).

- Faixa etária: entre 30 e 39 anos.
- Raça/cor: branca.
- Escolaridade: ensino médio completo.

Os dados não cobrem o mundo da informalidade e da precarização do trabalho, como, por exemplo, o de trabalhadores por conta própria com e sem CNPJ e o trabalho doméstico sem carteira assinada. Mas de cara evidenciam o baixo percentual de sindicalização e a disparidade salarial entre homens e mulheres.

Um sinal da vida real operando atrás desses números aparece também no levantamento que solicitei ao Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina sobre o ranking de assuntos em casos novos nas dez maiores cidades do estado. Na Jurisdição de Itajaí, que integra a Mesorregião do Vale do Itajaí e reúne o maior número de empregos, em 2023 estava no topo da lista, com 649 entradas, justamente o Reconhecimento da Relação de Emprego. Em Florianópolis, no topo da lista ficaram os pedidos de Adicional de Insalubridade, com 1.095 casos novos, assim como em Chapecó, com 2.789, e Criciúma, com 630 casos novos. Em Joinville, o maior número foi de Comprovação de Repasse de Contribuição, com 1.995 processos.

Menos impactados pela Reforma Trabalhista de Michel Temer, em 2017, os sindicatos de servidores públicos têm, em maior ou menor grau, informações sobre as suas categorias. Os da iniciativa privada padecem com o fim do imposto sindical obrigatório, a baixa sindicalização e o conhecimento precário da realidade de quem representam. Mas ambos, com poucas exceções, não visibilizam, na luta política e da comunicação, o cotidiano de quem luta para reconhecer relação de emprego, vive em risco sem adicional de insalubridade ou não teve assegurado o direito à contribuição patronal. Essas caras e histórias raramente aparecem no mundo sindical.

Com dados amplos e atualizados, minha ideia era relacionar o perfil da classe trabalhadora catarinense com as demandas do movimento popular do estado, mas o problema foi o mesmo: onde encontrar os estudos produzidos pelo campo progressista?

Santa Catarina tem uma realidade socioespacial bastante diversa que pode iluminar caminhos promissores de atuação sindical. O geógrafo Armen Mamigonian (2003) afirma que, no decorrer

do processo histórico, delinear-se no estado três regiões industriais importantes identificadas como a região alemã, o Oeste agroindustrial e a região carbonífero-cerâmica do Sul. É certo que essa caracterização, atualizada e estudada pelo movimento sindical, poderia levar a um trabalho regionalizado e em conjunto com populações locais.

O movimento sindical não aproveita como deveria demandas do movimento popular ligadas à falta de mobilidade, poluição do ar e da água, precariedade de lazer, problemas específicos da juventude e da velhice e a luta cotidiana pela cidade. Como diz a arquiteta urbanista e professora Erminia Maricato em vídeo na TV Boitempo sobre como combater o “analfabetismo urbanístico”, um aumento salarial pode ser corroído por um reajuste da tarifa de transporte coletivo, e a conquista da moradia corre o risco de se transformar em pesadelo se perto dela não houver empregos e serviços públicos.

A luta pela cidade tem nuances em Chapecó, Joinville, Lages, Criciúma, Florianópolis, cada uma em distintas regiões – Planície costeira, Serra, Planalto – com características próprias. Problemas como saneamento precário, águas contaminadas por efluentes das indústrias, das minas de carvão e do agronegócio, litoral degradado pela especulação imobiliária, aparecem na vida da classe trabalhadora de diferentes modos, e cabe aos sindicatos trazer essa realidade para a atuação cotidiana, expressando, na práxis, o espaço vivido pela população.

Pensando o jornalismo

E o que isso tem a ver com a situação da mídia hegemônica e contra-hegemônica em Santa Catarina? É porque vai pela mídia hegemônica o conteúdo que chega a praticamente toda a população, e ainda assim os sindicatos não enfrentam com rigor o oligopólio informativo no estado. Não só muitas vezes alimentam essas mídias como investem pouco na produção de materiais próprios e em conjunto com o movimento popular. Com isso, a mídia hegemônica captura a consciência do trabalhador para um processo profundo de alienação de suas condições de vida. Pode o sindicato unir a categoria em negociações salariais, mas, no cotidiano da

vida familiar e social, ela está sujeita à ideologia propagada pela classe dominante. Enfrentar a ideologia e a alienação na vida cotidiana implica a possibilidade de, nos termos de G. Lukács (1966), distinguir-se a posição do *homem inteiro* para a do *inteiramente homem*, o ser liberto da miséria do cotidiano e portador da consciência humano-genérica.

Para o enfrentamento da hegemonia no campo da imprensa, Cátia Guimarães, em sua tese de doutorado, sugere ao jornalismo que se pretende contra-hegemônico um deslocamento necessário na *função* do jornalismo: 1) do esclarecimento para a construção da consciência, e 2) da mudança do sujeito para quem essa prática deve se voltar, movendo-se do indivíduo para a classe (2015, p. 231). A autora estabelece diferenças entre iniciativas jornalísticas ditas alternativas e práticas efetivamente contra-hegemônicas:

(...) insistimos na importância de se distinguirem — nas práticas e nas instituições, no discurso e na organicidade — os projetos e iniciativas que se arvoram na disputa de hegemonia daqueles que se encerram nos limites críticos da imprensa pequeno-burguesa, que apesar de “alternativa” ao discurso único produzido pelos grandes meios massivos, e a despeito do importante trabalho de contrainformação que pode promover em alguns momentos, está presa no seu próprio horizonte de classe. (GUIMARÃES, 2015, p. 323)

A tese de Guimarães apresenta uma série de elementos que caracterizam um jornalismo efetivamente contra-hegemônico, construído organicamente pela e para a classe trabalhadora, indicando como função primordial dele pensar a realidade em sua totalidade, no esforço “(...) de *desideologização*, de *desvelamento*, daquilo que, de outro lado, no contexto do capitalismo, encontra-se nublado e invertido” (GUIMARÃES, 2015, p. 23, com grifos no original).

A partir do estudo da obra de Gramsci, a autora mostra que ao jornalismo contra-hegemônico cabe dar unidade e coerência ao que, no jornalismo hegemônico, aparece fragmentado e caótico, enfrentando assim a heterogeneidade própria do cotidiano. Como desdobramentos práticos, deve haver um esforço para desnaturalizar a categorização do que é noticiado e dos temas tratados. Outro desdobramento é assim explicado:

A segunda questão de ordem prática que a necessidade de unidade e coerência interna ao jornal suscita é sobre o que se compreende como expressão das lutas sociais concretas nas páginas de cada veículo. De forma clara, um jornal que se coloque na luta de hegemonia, no sentido gramsciano, tem papel ativo de mediador e organizador, de modo que não pode se conformar como uma simples reunião de matérias produzidas pelos diversos movimentos e instituições que o apoiam, sem que isso componha um desenho editorial unitário, selecionado, organizado e editado por um órgão centralizador. Assim, a orientação de Gramsci que aqui estamos discutindo parece ser, inclusive, a principal diferença entre um veículo que se proponha a ser um projeto *contra-hegemônico* e o espaço de crítica, por exemplo, das redes sociais — que é múltiplo, informativo, rico e democrático, mas “passivo” em relação ao caráter fragmentário tanto do cotidiano reificado quanto das lutas que se travam na realidade concreta. (GUIMARÃES, 2015, p. 313-14) [Com grifos no original]

Da densa pesquisa de Guimarães, o que principalmente se retém é o entendimento de que a função contra-hegemônica possível de ser exercida por uma imprensa que se quer alternativa é o esforço de fazer aflorarem as contradições, desvelar a ideologia, expor aquilo que, de outro lado, no contexto do capitalismo, encontra-se nublado e invertido, contribuindo assim para a desalienação do (no) cotidiano, não se limitando à denúncia da manipulação promovida pelo jornalismo hegemônico.

O educador popular Emilio Gennari afirma que a capacidade de provocar reações que construam um vínculo de confiança com o público depende fundamentalmente de saber lidar com o senso comum, ou seja, de entrar em sintonia com esse conjunto de explicações acerca da vida, da história e do cotidiano que resulta da percepção imediata da realidade conforme esta surge aos olhos dos diferentes setores sociais.

È a partir das aparências, afirma ele, e não do pensamento crítico, que as pessoas vão forjando sua maneira de enxergar o dia-a-dia de forma muitas vezes contraditória. Segundo Gennari, por parecerem verdades que nascem e se aplicam espontaneamente à realidade, as ideias que moldam e fazem avançar o senso comum são acessíveis à consciência da maioria que se contenta com seu conteúdo pelo simples fato de que este é facilmente

constatado pelos sentidos. O senso comum, exemplifica o autor, dificilmente distingue “o que é comida do que virou isca” (GENNARI, 2012, p. 7):

O que se apresenta como **a** verdade oculta o fato de que se trata de **uma** verdade, a do proprietário da mídia em questão. Como membro da elite formadora de opinião, sua ação destina-se a disfarçar o anzol ocultando os vínculos de classe sob o manto das expressões de senso comum cuja sintonia alimenta a confiança e a receptividade. E, caso seus intermediários com o público (jornalistas, atores, apresentadores, conferencistas, entrevistados, etc.) não dêem conta do recado, basta censurá-los ou abrir espaços de liberdade vigiada para que a expressão limitada das discordâncias seja um meio para provar a seriedade da mídia, sem que suas mensagens centrais sofram desgastes. (GENNARI, 2012, p. 7-8)

O que não aparece, ou é diluído a ponto de passar despercebido aos olhos do público, expõe o autor, “é o cotidiano das vítimas feito de trabalho precário e mal remunerado, exploração, pobreza, menor escolaridade, maior dificuldade de acesso a oportunidades de novos empregos, desemprego de longa duração, angústia e insegurança diariamente vivenciadas por quem se vê, literalmente, sem alternativas” (GENNARI, 2012, p. 15):

Para observar o cotidiano com a profundidade da teoria e a criatividade da emoção a fim de traduzi-lo em expressões acessíveis, às vezes, precisaremos viver ou experimentar a rotina dos outros, nos colocar no lugar deles, nos deixarmos encharcar pelas sensações confusas e contraditórias que podem derivar desta aproximação e, sobretudo, sermos observadores atentos e prontos a aprender. Sem este esforço, acabaremos nos fechando às pessoas e aos acontecimentos por considerar que tudo não passa de algo trivial, corriqueiro e sem sentido, quando, na verdade, são parte da vida das majorias. É isso que faz o senso comum avançar a passos milimétricos, quase imperceptíveis, mas que, passado certo período de tempo, deixam transparecer as marcas que as elites imprimiram em sua visão de mundo. Portanto, precisamos manter constantemente em alerta nossa capacidade de captar as mudanças em andamento nos perguntando sempre o porquê das coisas, até mesmo das que parecem óbvias e banais. (GENNARI, 2012, p. 53)

Creio que sejam caminhos para o jornalismo sindical e popular avançar, mas, em Santa Catarina, até hoje esse debate parece congelado e não chegou a um resultado concreto na disputa da hegemonia na comunicação/jornalismo. O campo é arado, semeado e colhido pela mídia hegemônica a serviço da elite política e empresarial. Os sindicatos, federações e centrais, assim como partidos do campo progressista e movimentos populares, sequer denunciam publicamente a sangria nos cofres públicos praticada pela mídia hegemônica.

Uso aqui apenas um exemplo, o Convênio de Cooperação Técnica CL nº 002/2020, a vencer em agosto de 2024, que veicula, nos veículos representados pela Associação Catarinense de Rádio e Televisão (Acaert), “mensagens jornalísticas de interesse e de utilidade públicos” de 30 a 60 segundos, em horários pré-determinados, produzidas pela Diretoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). Por parecer do Tribunal de Contas do estado, esse convênio se dá sem licitação e, com base nele, em 3 de junho de 2024 a Acaert recebeu da Alesc R\$ 1.201.970,41. No portal de Transparência da Alesc são indicados repasses desde pelo menos 2010. Há acordo de cooperação técnica na mesma linha com o Poder Executivo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário, mas desconheço os valores repassados.

Também não localizei estudos sobre o discurso dessas “mensagens jornalísticas de interesse e de utilidade públicos” previstas no Convênio de Cooperação Técnica CL nº 002/2020. Eles seriam úteis para avaliar o que a casa legislativa seleciona como pauta importante, quais fontes entrevista, que pontos de vista pesam mais ou menos. Destaco, porém, o tipo de discurso da Acaert irrigado, entre outras fontes, por esse dinheiro público. Em postagem na página da Associação em 17 de fevereiro de 2020, lê-se o seguinte: “ACAERT lança campanha em favor da reforma da previdência no estado e nos municípios catarinenses”. Um trecho da notícia: “Durante meses, as emissoras associadas à ACAERT veicularam, em seus intervalos comerciais, peças que destacavam a importância das transformações necessárias para o Brasil, além de ação e envolvimento editorial”.

Isso significa 260 emissoras de rádio e 24 emissoras de televisão associadas, congregando 100% das emissoras comerciais e educativas de Santa Catarina, martelando meses a fio mensagens a favor da nefasta reforma promovida por Jair Bolsonaro na lógica de que “o sacrifício é de todos”. Esse exemplo mostra o quão inadmissível é sindicatos, federações e centrais, assim como partidos do campo progressista e movimentos populares, não debaterem as ligações perigosas entre os poderes públicos e a mídia hegemônica e nem construir mídias próprias para, pela e com a classe trabalhadora.

Tempos de luta no sindicato e na comunicação

Houve um tempo e lugar onde avalio que muito da análise anteriormente exposta se concretizou em ação política e jornalismo sindical: o Sindicato de Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (Sintufsc) nos anos 2000.

O primeiro jornal onde trabalhei foi a hoje extinta *Folha de Hoje*, de Caxias do Sul (RS), e a primeira publicação, uma nota de 7 de setembro de 1990, relatava assembleia dos bancários que decidiu por greve. Depois da *Folha*, exerci a profissão em diferentes cidades e veículos até assumir, em 2000, como jornalista no Sintufsc, onde permaneci até 2006. Outros registros nas minhas duas carteiras de trabalho foram se sucedendo, mas considero, por vários motivos, aquela passagem pelo Sintufsc como a minha mais importante experiência profissional. Ali encerrei o trabalho em empresas jornalísticas e iniciei a atuação em sindicatos.

No Sintufsc conheci as jornalistas Elaine Tavares e Raquel Moysés e, por elas, a obra-prima jornalística do jornalista Marcos Faerman e a teoria marxista do jornalismo de Adelmo Genro Filho. Esse quarteto engravidou definitivamente o meu olhar para o mundo e para o jornalismo.

Aqueles anos 2000 foram de lutas marcantes nos sindicatos: Reforma da Previdência, ameaça de formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), privatizações. Em nível local, havia várias lutas em defesa da cidade, pelo Plano Diretor

Participativo e contra o aumento das tarifas de ônibus, movimento conhecido como Revolta da Catraca, que sacudiu Florianópolis em 2004 e 2005. Os sindicatos da capital catarinense atuavam em comum acordo em várias atividades, e os jornalistas frequentemente se encontravam para trocar ideias.

A direção do Sintufsc era uma usina de atividades político-culturais, como a formação da Banda “Parei” nos anos FHC e os Festivais de Primavera, chamados de Eko Porã, iniciados em 2003. O terceiro, realizado em 2005, durou três dias! O carro-chefe da comunicação era o jornal *Circulação*, e havia também o *Informativo do Sintufsc*, o boletim *Mais Lida* e o jornal mural *Umbigo*. Eu, Elaine e Raquel escrevíamos notícias e reportagens e o jornalista Moacir Loth disparava notas mordazes sobre o cotidiano da UFSC nas colunas “Faz Cócegas” e “Direto do Campus”, atividades para as quais eu contava com o trabalho do Anderson Gonçalves. O arquiteto e servidor hoje aposentado da UFSC Antônio Carlos da Silva emprestava seu talento para as artes que apareciam nos atos e greves, ilustrando também os materiais da comunicação. Havia exposições fotográficas e uma delas, de 2002, intitulada “Sabenças”, com retratos de trabalhadores feitos pela repórter fotográfica Rosane Lima, está até hoje nas paredes da sede do sindicato.

A direção investia em pautas fora da órbita da UFSC. Fui a Joinville em 2002 para conversar com os metalúrgicos sobre a tentativa de flexibilizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que anos mais tarde seria a linha central de atuação empresarial na Reforma Trabalhista imposta por Michel Temer. Estive também no Rio de Janeiro em 2005 para contar a greve de nove meses e sete dias na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Na época, pelo *Circulação*, fiz reportagens sobre direitos dos animais, impactos ambientais de grandes empreendimentos, como o Costão Golf, no Norte da Ilha de Santa Catarina, e a realidade socioespacial das periferias da capital catarinense. O parceiro na fotografia era o jornalista Ricardo Casarini Muzi.

Um trabalho especial foi a campanha de 2006 “HU: um hospital pela vida”, em defesa do Hospital Universitário 100% SUS, com cartaz, folheto, cartão-postal e reportagens no jornal, incluindo o

dia do “Abraço ao HU”. A campanha foi criada pela Traça Editorial. O Ricardo fotografou as mãos de trabalhadores do HU e eu contei a história deles. O título da reportagem foi “O rosto por trás das mãos”. Nos materiais espalhados campus afora, apareciam as mãos trabalhando: mãos que cuidam; mãos que ajudam a nascer; mãos que aliviam a dor; mãos que nutrem; mãos que limpam; mãos que cultivam.

Em outra edição memorável do jornal *Circulação*, com 16 páginas, contei o processo de instalação da ArcelorMittal Vega em São Francisco do Sul, no Norte do estado, através de parceria público-privada, com investimentos públicos que beneficiaram grandemente a empresa, narrando também a luta do movimento ambientalista local para defender a natureza do lugar. Na época, aquele foi o maior investimento privado já feito em Santa Catarina, ilustrando ricamente o processo pelo qual interesses privados são justificados como de interesse público.

A empresa, uma das mais modernas unidades de transformação de aço do mundo, enraizou-se em todo o município, em especial com programas de educação ambiental. No dia da inauguração da unidade, em 2003, estávamos lá eu e o Ricardo registrando tudo em fotografias. Na mesma edição denunciávamos a instalação, no Centro de Cultura e Eventos da UFSC, do banco espanhol Santander. Foi um trabalho muito especial para mim, principalmente por ter sido feito para um veículo sindical. O *Circulação* era uma beleza!

No Sintufsc, havia uma Política Pública de Comunicação cujos termos apareciam em *link* na página do sindicato, mas infelizmente o enlace se perdeu. Passados quase 20 anos de minha passagem pelo sindicato da UFSC, avalio que ali mostrou-se uma atuação política e jornalística digna de nota e no caminho que sinalizo ao longo deste artigo. Que falta faz aquela tormenta de ideias e fazeres que nos animava!

Mais do que no Sintufsc, foi no Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (Sintrajusc), onde trabalho desde 2007, que encontrei os desafios impostos pela comunicação e o jornalismo nas redes sociais. Novas tecnologias e aplicativos, demandas dobradas, necessidade de atualização acelerada para dar conta do dia a

dia. Essa realidade se intensificou na pandemia de covid-19, durante a qual a categoria e o sindicato fizeram teletrabalho ao longo de dois anos e foi preciso intensificar a disseminação de informações por aplicativos de WhatsApp e Telegram.

Na volta ao trabalho presencial, deparamos com setores ainda esvaziados e foi preciso pensar em estratégias para estreitar contatos com sindicalizados e alcançar os não sindicalizados em teletrabalho. Uma pesquisa realizada em março de 2024 para auscultar a categoria mostrou que a maioria recebe e prefere receber mensagem por WhatsApp e e-mail. Em face da enxurrada de informações de tudo o que é assunto, inclusive mentiras, nas redes sociais, sentiu-se a necessidade de voltar aos impressos, que são entregues de mão em mão em Florianópolis e enviados pelos Correios para todas as unidades de trabalho do estado. É também a oportunidade de os coordenadores conversarem com os servidores e trazerem novas demandas para a atuação sindical.

Outra estratégia é entregar pastas com material de filiação diretamente nas posses, onde os coordenadores fazem uma primeira conversa com trabalhadores de todo o país que passaram em concursos e se preparam para o ingresso no Judiciário Federal catarinense. De todo o modo, fazendo uma ponte entre as estratégias dos ontens e as de hoje, o fato é que todo dia aparece um desafio novo a fazer a gente se socorrer de mais e mais conhecimento.

Eu penso naquele início dos anos 2000 e imagino um tempo por chegar em que os sindicatos se unirão para fazer não uma radiografia, mas uma ressonância magnética da classe trabalhadora de Santa Catarina, adentrando o estado, chegando em caravana nas cidades para conversar com a população, ouvir o que as pessoas têm a dizer, organizar estudos e ações e se preparar mais e melhor para os enfrentamentos com a classe dominante. Um tempo no qual jornalistas voltarão a fazer jornalismo, e não prioritariamente “conteúdos” para a caça a curtidas, comentários e compartilhamentos nas redes sociais, tentando driblar a lógica dos algoritmos orquestrados pela classe dominante.

Outra leitura:

Completo 16 anos em 2024 o primeiro dos dois cadernos da *Pobres & Nojentas Teórica*, produzidos no intervalo entre as 30 edições impressas da revista *Pobres & Nojentas*, que nasceu em 2006. Foi o livreto “Jornalismo em Sindicato”, contendo três artigos (Elaine Tavares, Miriam Santini de Abreu e Rosângela Bion de Assis, com um box do ilustrador Frank Maia). São 32 páginas nas quais se faz uma reflexão sobre como se expressa o chamado jornalismo sindical. Para ler, acesse <https://iela.ufsc.br/jornalismo-em-sindicato/>

Referências

- ACAERT. **ACAERT lança campanha em favor da reforma da previdência no estado e nos municípios catarinenses**. Disponível em: <https://www.acaert.com.br/noticia/39317/acaert-lanca-campanha-em-favor-da-reforma-da-previdencia-no-estado-e-nos-municipios-catarinenses>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- GENNARI, Emilio. **Mostrar para esconder** - o papel da mídia na construção do conformismo. 2012.
- GUIMARÃES, Cátia Corrêa. **Jornalismo e luta de classes:** desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. Tese apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2667020. Acesso em: 20 mar. 2024.
- LUKÁCS, Georg. **Estética I:** la peculiaridad de lo estetico. Barcelona; México: Edições Grijalbo, 1966.
- MAMIGONIAN, Armen. **Projeto integrado de pesquisa:** Santa Catarina – sociedade e natureza. Relatório final de pesquisa. Florianópolis, 2003.
- TV Boitempo. Ermínia Maricato: **“Cidade é luta de classes!”**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9R4S6ZaDniU>. Acesso em: 20 mar. 2024.

JORNALISMO DE RABO DE CAVALO

Moacir Loth

O relógio marca pontualmente 15 para o meio-dia, como observa o presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), Nildo Ouriques. Logo, convidado nos acréscimos, sobra um alívio para o leitor: não escreverei um “Tratado de Tordesilhas”.

Há exatos 45 anos coloquei a minha “Bic” e a minha “Olivetti” azul a serviço do jornalismo sindical ou, dito de outra forma, do sindicalismo jornalístico. Em 79 e na década de 1980 assessoriei os comerciários e sindicatos de várias categorias, conforme testemunha Francisco Alano, da Fecesc.

Integrei simultaneamente os movimentos de oposição ao sindicalismo pelego, participando das bases para a construção da Central Única dos Trabalhadores, das intersindicais e do Partido dos Trabalhadores.

Um sindicato ou federação de trabalhadores de verdade precisa ter forma de rabo de cavalo, ou seja, ganhar força e vitalidade de baixo para cima. A sua base e organização, portanto, têm sustentação na luta coletiva dos sindicatos e da classe trabalhadora.

O engajamento político-sindical custou três demissões e igual número de reintegrações pela Justiça. Em 1979 fui demitido para “amparar” legalmente a impugnação da minha candidatura ao sindicato, já que desempregado ficaria impedido de compor chapa.

Repórter das “Diretas Já”, em 1982 fui desligado por causa de cobertura sistemática e permanente à luta pela redemocratização. Em 1988, Constituição Cidadã proclamada, fui pro olho da rua por denunciar, no Caderno C, a promiscuidade do empreiteiro proprietário com o governo. “O dono do jornal se contentava com apenas um leitor: o governador”, finalizava o texto. Procurado por capangas, tive que me refugiar por algum tempo nas matas da Itoupavazinha.

Embora coberto pela lei, a direção do JSC decidiu se vingar: fui escalado para produzir cadernos pagos sem direito a crédito de autoria. O primeiro encarte destacava o carvão. Autoria proibida, parti pro contrabando. Revelei a autoria no corpo das matérias: “em entrevista ao repórter ou em depoimento ao editor Moacir Loth”. Quando a direção do jornal notou o truque, quis recolher a publicação. No entanto, o patrocinador, reconhecendo o trabalho jornalístico, recusou a ordem, o que provava, de alguma forma, que eu estava exercendo o meu legítimo direito ao trabalho digno e ético, mesmo massacrado, como profissional, pela ditadura política e econômica liderada pelo dono, pelo governo, pela máfia dos empresários e demais aliados, incluindo certos “colegas” de profissão.

Companheiros do Santa, especialmente os novatos, eram aconselhados pelo editor chefe Luiz Antônio Soares a “manter distância” do Loth e do movimento sindical. “Comunista e perigoso”, salientava.

De repente surge na sucursal do Santa em Floripa o saudoso colega Arthur Monteiro. Eu estava reintegrado pela Justiça, separado da equipe, impressado com a Olivetti contra a parede. O gaúcho mostrou todo o seu sarcasmo: colou na porta um bilhete que provocou ira e risos. “Proibido jogar pipoca aos animais”. Igualzinho ao zoológico de Pomerode.

Jornalista em Blumenau desde 1975, pinte em Florianópolis em 1979 como estudante de Ciências Sociais na UFSC num dia de tempestade, vento sul, sem mala, sem lenço, guarda-chuva ou morada. Como até tinha onde cair morto, fui acolhido numa pensão de má reputação à Rua Conselheiro Mafra.

Recepcionado pelo desconfiado jornalista Bonifácio Thiesen, passei a atuar como repórter e redator do Jornal de Santa

Catarina. Antes disso, em 1977, estive na Ilha para receber o prêmio de reportagem sobre prevenção de acidentes de trabalho.

Lutando para sobreviver, semanas depois de acampar na sucursal virei assessor sindical. A entidade representativa dos comerciários estava localizada a cem metros do jornal, imediações do Ceisa Center, no centro de Floripa.

Educação, meio ambiente, ciência, agricultura, cultura, política e sindicalismo despertaram o meu interesse e chamaram a atenção para as minhas pautas. Não podia sair para rua: via matéria em tudo. Loucura. Jornalista também sindical, cobri e divulguei eventos que foram um divisor de águas e esgotos entre a ditadura e a redemocratização “lenta, gradual e segura” (?).

O envolvimento com a política me transportou igualmente para a formação sindical. Entram, assim, no meu raio de ação, o DIEESE, os sindicatos, as federações, o movimento estudantil, as associações, as organizações sociais, as pastorais, as comunidades eclesiais de base, as greves, os protestos, as passeatas, os movimentos sociais.

Dessa forma, de modo natural, abrimos caminho para a profissionalização do jornalismo sindical. Em 1979 exerci a função de assessor de imprensa nos comerciários e na década de 1980 toquei a comunicação da Fecesc no chalé azul do Banco Redondo, no alto da Avenida Mauro Ramos.

A casinha veio ao chão e no lugar nasceu um prédio gigante de sedes de entidades sindicais, espécie de incubadora agasalhada pela Fecesc. Francisco Alano, nosso “Joaquinzão do bem”, tomou antídoto e abriu asas para o seu talento empreendedor: fomentou e formatou um novo sindicalismo em Santa Catarina. Abrigou o DIEESE, botou chapéu nas entidades mais frágeis, resistiu e enfrentou a ditadura e o recente esvaziamento liderado por Temer e Bolsonaro. O sindicalismo e o jornalismo tiveram que se reinventar no golpe, na pandemia e contra o bolsonarismo.

Além das coberturas no campo social, político e sindical, em 1979 participei da criação e articulação do Movimento de Oposição Sindical (MOS) que, pouco tempo depois, viria a conquistar, com Celso Vicenzi, a direção do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina. Na eleição direta do MOS fui o segundo mais votado, só atrás de Ayrton Kanitz, candidato a presidente.

Pela votação recebida nas eleições de 79, sobretudo no interior, escolhi a Secretaria Geral, incentivado pelos memoráveis professores Daniel Hertz (*A história secreta da Rede Globo*) e Adelmo Genro Filho (*O Segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo*). No Caderno C de 22 de fevereiro de 1988 escrevi “Adelmo Coração e Mente”, merecendo uma carta de agradecimento da família ilustre.

No sindicato integrei por três gestões a Comissão de Ética, fui diretor do sindicato e diretor de Base eleito da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Como assessor de imprensa, integrei o Conjai, Conselho que reforçava a estrutura organizacional da Federação para o fortalecimento do jornalista em assessoria de imprensa. Fui também diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC) e presidente do Fórum Nacional das Assessorias de Comunicação das Ifes.

Acabei eleito delegado de base da categoria para o Encontro da Classe Trabalhadora (Enclat) em Criciúma, da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) em Praia Grande (São Paulo) e do Congresso Nacional em São Bernardo do Campo (SP), aliás, originários da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Lula presente e Jair Meneguelli, primeiro presidente da Central.

Em 1979, quando acordei para o sindicalismo, expliquei para o Alano que o assessor de imprensa não muda de categoria. Continua sendo jornalista. São os mesmos direitos, os mesmos deveres, a mesma profissão. Valem o Código de Ética, as regras do jornalismo, os fatos, a verdade. O divulgador da ciência não precisa virar jornalista e vice-versa. Cada um na sua, sentenciava o amigo José Hamilton Ribeiro.

Coloquei minha verve e espaço à disposição de diversas categorias. Professores, enfermeiros, agrônomos, agricultores, comerciários, industriários, economistas, farmacêuticos, enfim, trabalhadores de todas as áreas puderem, em algum momento, usufruir da imprensa para se organizar e divulgar suas bandeiras.

Foi assim na Fecesc, na Alisc, na Apufsc, na Aben, na ACE, na Associação dos Engenheiros Agrônomos, na Associação dos Servidores da UFSC, no Sindicato dos Agricultores, dos Bancários, do “pool” de federações de diversas categorias profissionais.

Entendo que o assessor de imprensa sindical é, em síntese, um elo na corrente de sustentação da classe trabalhadora com a sociedade. Um trampolim para ligar o sindicato ao povo.

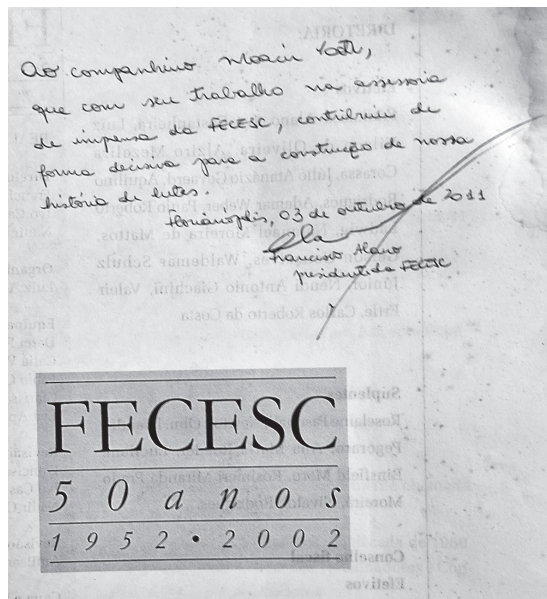
Em 2002, a Fecesc editou um belo livro em memória aos 50 anos da entidade, escrito por muitas mãos. Participei do movimento de reestruturação, democratização e dinamização da Fecesc, estreitando a relação com as bases, a integração com a assessoria jurídica e a formação sindical. Fiz o curso de formação com o Nelson Motta, que coordenou com Ivo Castanheira o Departamento Sindical.

Em setembro de 1980, a assessoria de imprensa anuncia a ampliação das cláusulas nas convenções coletivas: “a partir de agora todos os comerciários de SC estão amparados pelos dissídios” (capa de Caderno do JSC). É como água para vinho. A assessoria de imprensa, aliada à assessoria jurídica e à formação sindical, pode e faz a diferença. “A Fecesc demonstrou ser possível fazer um sindicalismo comprometido com a classe trabalhadora e a transformação social”.

O livro dos 50 anos recorda com vergonha a submissão inicial da entidade à ditadura e aos patrões. Explica como aboliu a Semana Sindical, que abrigava no mesmo salão de festas trabalhadores e patrões. Só a partir de 79, a Fecesc assume papel preponderante na construção de um sindicalismo autônomo, classista, concretizado com a fundação e consolidação da CUT (cadê-la?).

Lutas políticas, como Diretas Já, anistia, Constituinte e fim da LSN, engrossam as bandeiras dos sindicatos livres e autônomos. Escrevi, em 79, que a Fecesc “não dará sossego à classe empresarial enquanto não conseguir ampliar seriamente o nível de justiça social. A Fecesc multiplicará os seus movimentos, retomando os caminhos já consagrados com as conquistas de 1979, principalmente no que se refere às condições de trabalho”.

A dedicatória à mão do presidente da Fecesc, Francisco Alano, assinada em 3 de outubro de 2011, não combina com a versão impressa do livro *FECESC 50 anos 1952.2002*: “Ao companheiro Moacir Loth, que com seu trabalho na assessoria de imprensa da FECESC, contribuiu de forma decisiva para a construção da nossa história de lutas”.



Há 45 anos, portanto, iniciava a minha sina no jornalismo sindical. A obra não cita o meu nome nem de outros colegas que trabalharam na divulgação da Fecesc, como Marcos Vinicius Spuldaro, meu sucessor.

O livro é baseado principalmente em matérias publicadas na imprensa. Os dirigentes comerciários se orgulham por terem inaugurado uma nova postura sindical em diversas regiões do Estado.

A década de 1980 caracterizou-se “por intensa mobilização sindical, social e política”. A Fecesc foi a primeira federação do país a se filiar à CUT. O plano determinava fortalecer, organizar oposições e ampliar a extensão de base dos sindicatos e filiados.

A estratégia adotada pela assessoria de imprensa da Fecesc era certa: ocupar o máximo de espaço nos meios de comunicação para fazer barulho e assustar o capital. Os patrões morriam de medo de uma greve ou paralisação. Davam chiliques só com a hipótese de diminuir a margem de lucros e se apavoravam com a união, organização e empoderamento dos sindicatos, inspirados no ABC de Lula.

Tática do “cagaço”. Guerrilha. Marcação cerrada, mas sempre no ataque, buscando o gol. Resultado: reajustes acima da média nacional. E como efeito dominó, mais mobilização e organização, greves e ameaças em várias cidades: Joinville, Criciúma, Blumenau, Caçador, Florianópolis e Itajaí.

Na minha passagem pela vida e pelo jornalismo sindical escrevi artigos e inúmeras reportagens, mas também lavrei muitas propostas e teses para assembleias e congressos. Aqui entra a defesa das cinco horas para jornalistas de assessoria na iniciativa privada e nas instituições públicas. A jornada foi incorporada à legislação federal.

No *Santa*, destaco “A guerra da fome” (1983); “Os operários da história” (1987); “Previdência rural: da teoria à prática existe um grande vazio”; vítimas de um “sindicalismo capenga”; “Desemprego, arrocho e fome (1º de maio de 1988); “Os minifúndios e os colonos estão morrendo em SC” (1981); “Agricultura ameaça entrar em greve em SC” (1983); “Como escapar da praga do defensivo químico” (1981); “Colono: muito badalado, mas eterno injustiçado” (1982).

Na época abri espaço para o desabafo do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Florianópolis, Pedro Martins. O *Santa* estava aberto e livre para falar de mazelas e injustiças.

Particpei como delegado e como jornalista de eventos que mudaram a cara e o conceito de sindicalismo recente. No Enclat de Criciúma fui um dos 600 delegados eleitos. Em São Bernardo do Campo votei pela “inadiável” construção da CUT. Aprovei no Enclat moção recomendando eleições diretas para diretorias de Federações e Confederações. Destaco o esforço de aproximar campo e cidade, atendendo demandas de operários e agricultores (MST e CUT).

Cobrimos em 1982 o Congresso Estadual de Agrônomos que recomendava o engajamento político nas eleições. Cerca de 20 núcleos regionais estavam então vigilantes.

Em 18 de setembro de 1983 *mancheteei*: “Os trabalhadores do campo exigem reforma agrária”. Na mesma edição ressaltai que a Associação dos Engenheiros Agrônomos recomendava o adubo orgânico como “remédio para curar o câncer dos defensivos”.

Em 1982, a suinocultura de SC estava livre da peste suína africana. De acordo com o II Enclat, “apesar de tudo, trabalhadores avançam nas formas de organização”. O apoio à formação de intersindicais, desde o primeiro Enclat em Joinville, em 1981, é considerado estratégico para o avanço da organização operária.

O *Santa* de 16 de agosto de 1981 manda manchete singular: “SC na Conclat: prova de avanço do sindicalismo”. Foi em Praia Grande, no Litoral Paulista. Matéria minha de página inclui depoimentos e fotos de lideranças de SC: Francisco Alano, Heriberto Kegler, Amauri Isaías Lúcio, Mário Kuhn, Gercino Evaristo, Adalcino Pereira, Pedro Natálio, Ademir Klein, entre outros.

Consolidação do regime democrático, controle da inflação, estabilidade no emprego, liberdade e autonomia sindical, direito à greve e eleições livres se destacavam entre as “bandeiras de luta” dos sindicatos.

Escrevi em 15 de novembro de 1982 reportagem de página ressaltando o que os sindicalistas esperavam das eleições. Ao fundo, aparecia como luz no fim do túnel a CUT.

Francisco Alano enxergava a CUT, nascida das bases, como organismo máximo de articulação e da consciência política dos trabalhadores. A manifestação é de 15 de novembro de 1982. Em 1984 Jorge Lorenzetti (que foi diretor de formação da CUT), Jonas Sprícigo e Denise Pires, da ABEN-SC, diagnosticaram que a “enfermagem atravessa uma crise histórica”. Arrocho e mão de obra barata. Crise de identidade: a enfermagem não é uma profissão neutra.

Várias categorias e entidades se beneficiaram do jornalismo sindical, abrindo espaço na mídia. São releases, matérias, boletins, reportagens, entrevistas e notas disponibilizadas aos meios de comunicação, jornalistas, pauteiros e colunistas, elaboradas e fundamentadas em conceitos jornalísticos, ética profissional e ancoradas filosoficamente na ideia de uma política pública de comunicação que sirva à comunidade e a toda e qualquer entidade ou instituição democrática. Em abril de 83 destaquei em página inteira no *Santa* que a “ditadura econômica ameaçava as portas da abertura” (política).

Em abril de 1980, fui escalado a repercutir a queda do Boeing 727, voo 303, da Transbrasil: 55 mortos, três sobreviventes.

O rescaldo foi mostrar a nova cara do movimento social de SC, com as “baixas” nos sindicatos e federações.

Na década de 1980 existia de certa forma uma espécie de assessoria jornalística dirigida ao conjunto das entidades e lideranças mobilizadas para vencer o medo, a apatia e o peleguismo, que mantinham no atraso e na alienação a classe trabalhadora.

A manchete do *Santa* de 16 de agosto de 1983 é garrafal: “Trabalhadores querem a Central Única”, assinada pelo enviado especial a Criciúma. Apesar do boicote da Contag, os sindicatos rurais compareceram em peso. Chico Veríssimo, da CPT, anunciava o fim do cabresto no movimento sindical. Jornada semanal de 40 horas sem redução salarial era uma das reivindicações. Elenquei na matéria as principais propostas aprovadas. A primeira defendia a criação da CUT já no Conclat de São Bernardo do Campo. “A CUT, legítima e representativa, terá o desafio de organizar a classe trabalhadora e centralizar as negociações e o enfrentamento com o governo e os patrões”, enfatizava a minha reportagem de página. O ex-governador Esperidião Amin compareceu à abertura. Vaiado, passado o constrangimento, o evento seguiu seu caminho e foi coroado em êxito.

Na edição de 16 de agosto de 1981 emplaquei página inteira com a seguinte manchete: “SC na Conclat: prova de avanço do sindicalismo”. Terminava a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora em Praia Grande, no litoral paulista. Estive lá como delegado de base eleito na assembleia geral dos jornalistas. De quebra, como de costume, fiz a cobertura jornalística.

Na edição de 8 de agosto de 1982, o *Santa* enfatizava que os “Trabalhadores de SC apontam saídas para vencer a exploração”. A manchete otimista mencionava os resultados do II Encontro da Classe Trabalhadora. A matéria incluía a Carta de Florianópolis, reforçando conteúdo da Carta de Joinville (1981). “Unir e mobilizar, organizar e conscientizar”, eis a ordem. Além de campanhas de educação política junto às bases, sonhava com uma sociedade “mais livre e sem repressões”.

Em 26 de novembro de 82 lasquei no *Santa*: “Essas eleições ainda não espelham a vontade do povo”. Depoimentos de lideranças sindicais, políticas e até patronais atestam a manipulação e o

medo que marcam o pleito. “O PDS ficou com o governo e o MDB segurou para si a força municipal”, resume a matéria.

Na edição de 22 de março de 1982 publiquei matéria: “A crise na cara”, com fotos de James Tavares expondo rostos amargurados pelo sofrimento diante da falta de perspectivas políticas e econômicas. Como contraponto, incluí fotos de ministros, políticos, empresários, lideranças sindicais e religiosas. Chaplin aparecia no final como a cara da esperança!

Compulsivo e atuando em tempo integral, virei quase um evangélico do jornalismo sindical. Em 5 de setembro de 1982 publiquei a grande reportagem “Educação política para os trabalhadores de SC”. A campanha, dirigida às bases e aos dirigentes sindicais, indicava o papel soberano das eleições para classe trabalhadora.

No *Santa* de 17 de outubro de 1982 publiquei reportagem contra o empresariado e o governo, que condenavam os reajustes semestrais de salário. “A inflação precisa ser podada, seja na reta ou na curva”. “Dieese prova que o salário não fabrica inflação”, argumentavam os sindicatos na matéria.

Os verdadeiros sindicatos mantinham uma linha direta com o DIEESE. No dia 12 de junho de 1983 fiz uma entrevista com Walter Barelli, alertando para o “avassalador crescimento do desemprego provocado pelo novo pacote econômico”. Diante da recessão, Barelli propôs o seguro desemprego como direito e previu uma iminente rebelião popular.

Antes disso, em 18 de novembro de 1979, já assessorando a Fecesc, cobri uma conferência do presidente do DIEESE Hugo Perez no 1º. Encontro Estadual dos Comerciantes e Advogados do setor (Edesio Passos, que foi o meu advogado na minha primeira demissão no *Santa*, proferiu palestra).

O economista descreveu um quadro desolador e sombrio para o país que alimentava parcas esperanças. Segundo Nelson Motta, pioneiro em cursos de formação sindical em SC, eu pedi a palavra para dizer que, sem saída, só restava o “suicídio coletivo”. (Gargalhadas).

Perez então listou como caminhos quatro mudanças na CLT: direito de greve, estabilidade no emprego, contrato coletivo e liberdade sindical. Ponderou que a nova política salarial

editada pelo governo tinha como objetivo esvaziar o movimento sindical. E, posando de Nostradamus, Perez diagnosticou que o trabalhador em breve iria “tomar o governo” e que tal façanha dependia somente do sindicalismo e de sua politização. Já apostando em Lula, antecipou que “a democracia se encarregaria de matar os pelegos”. Frisou ainda que a negociação direta entre trabalhadores e patrões é essencial e faz parte da democracia, o que ficou explícito na luta dos comerciários em SC.

A mobilização da categoria, focada nas negociações coletivas, exigia melhores salários, condições de trabalho, enfim, buscava reduzir a exploração. Uma das batalhas campais, amplamente difundida pela mídia, via assessoria de imprensa, cobrava respeito à folga da categoria no final de semana e feriados. A revolta tomou conta e até greves foram deflagradas sob a liderança dos sindicatos da Fecesc.

Militando no movimento social, político e sindical, também cometi notas de repúdio, de protesto, moções, cartas abertas, esclarecimentos, teses e propostas para assembleias e congressos. O procurador Ciro Barreto, um ano depois de abocanhar a direção do Sindicato dos Jornalistas, distribuiu um relatório audacioso com 24 “realizações”! Desmascarei a lista inteira e o boletim do MOS estampou na capa “As 24 mentiras do Ciro”.

Certa noite, lua cheia, reunidos na sede da União Catarinense dos Estudantes (UCE), apareceu do nada o “Boca Negra” (Renan Antunes de Oliveira). “O Kanitz é mesmo imbatível”, comentou, referindo-se à resposta do MOS aos pelegos.

Sérgio Murillo, futuro presidente do Sindicato e da Fenaj, retrucou: “Outros também escrevem”! Pois então, só agora, 44 anos passados, confesso: “Fui eu”! Professor Francisco Karam uma vez esbravejou comigo: “Você escreve as coisas e a gente aguenta a turma do Ciro”. Eu mantinha sempre o hábito de dialogar amistosamente com adversários e inimigos. Hoje não tenho mais estômago para tanto. Morando distante do Centro, quase não falo nem com os amigos!

Com a estratégia fincada em três pilares: assessoria de imprensa, assistência jurídica e formação sindical, guardo ainda hoje como livro de cabeceira “O sindicalismo contextualizado à realidade e conjuntura do Brasil”, de Maurício Tragtenberg, que

compartilhava todo seu conhecimento pela imprensa. Na coleção *Teoria e Prática Sociais* (1982), lançada pela Cortez Editora, o pesquisador passou a limpo educação, política e sindicalismo. Tudo de alguma forma me devolve ao Primeiro Encontro Nacional das Oposições Sindicais e ao Núcleo de Educação Popular Treze de Maio.

Abro parênteses para uma breve historinha. O meu primeiro “salário” como assessor de imprensa não pude receber. O caixa da CEF do ARS da Felipe Schmidt desconfiou dos meus cabelos longos e das roupas surradas. Cai fora antes dos seguranças me pegarem pelas orelhas. Levei o cheque para casa e só o reencontrei quando mudei de pensão para casar. Só que não valia mais: era apenas um papel preenchido por Alano, que recentemente me reencontrou no calçadão da Felipe e perguntou, rindo, se eu fumava naquela época. “Nem cigarro, nem charuto cubano”, respondi. Bebia cerveja. Não posso deixar passar batido que assessor jurídico era bem remunerado. Até hoje persiste a ideia de que jornalista deve trabalhar de graça!

A assessoria de imprensa rendeu algum “crédito” na Fecesc. Há dez anos, em 2014, consegui garantir, via Federação, a publicação do livro “1ª Confecom: os interesses em jogo”, do jornalista e professor de Ciências Sociais Itamar Aguiar. É fruto de pesquisa sociológica desenvolvida na UFSC. Na Conferência Nacional para a Democratização da Comunicação, o colega foi delegado da APUFSC. O livro foi lançado no encontro dos comerciários e na FURB, de Blumenau, em evento organizado pela professora de jornalismo Roseméri Laurindo.

Na edição do *Santa* de 30 de novembro de 1989, a jornalista “Rose” Laurindo publicou uma grande reportagem apontando o “Peleguismo nos sindicatos de trabalhadores de SC”. Na linha de apoio, a repórter sublinhou que “a classe trabalhadora se colocou na ofensiva e duplicou o número de greves no estado”. Lamentou, no entanto, que, segundo pesquisa, apenas 20% dos sindicatos defendem realmente o interesse dos seus representados. Convidado por ela, complementei a matéria com o artigo “Organização operária tem que ser igual a rabo de cavalo”, aliás, minha contribuição derradeira.

Só para lembrar: com participação especial do talentoso jornalista Geraldo Hoffmann, hoje na Alemanha, meu braço esquerdo

no caderno C, do *Santa*, entrevistei em junho de 1980 Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão), que avisou pela primeira vez sobre o roubo de empregos pelos robôs. O então presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) sugeriu medidas preventivas. Retreinamento, reaproveitamento da mão de obra, divisão dos lucros gerados pela produtividade e abertura de novas oportunidades de trabalho.

Gosto de pensar que o Alanão, pela longevidade na Fecesc e como juiz classista, usou o veneno cultivado por Joaquinzão como antídoto contra o sindicalismo pelego chapa branca. Sempre dei muita atenção para as palavras do professor Júlio Wiggers, ex-presidente da Sociedade Catarinense de Sociologia e ex-dirigente da Associação de Professores Licenciados (Alisc). Na gestão de Diomário de Queiroz, foi pró-reitor de Extensão na UFSC e depois secretário de Estado da Educação. Em entrevista de página no JSC de 15 de julho de 1979, Wiggers advertiu: “No dia em que o capitalismo tirar a cabeça da areia verá um exército de esfomeados”.

A BANDEIRA QUE PODE NOS UNIR E ESPERANÇAR

Rosângela Bion de Assis

O tema deste livro é o caminho profissional que percorro há 36 anos. Na largada, fui movida pela necessidade de encontrar um trabalho, que coincidiu com o surgimento de muitas vagas nos sindicatos da Grande Florianópolis no final da década de 80. Eu havia tentado um estágio na RBS TV, para conseguir alguma experiência em vídeo, já que o Laboratório do curso de Jornalismo da UFSC só ficaria pronto na última fase, no segundo semestre de 1989. Na TV, as pessoas não tinham a menor condição de dar alguma atenção a uma estudante. Já no Siner-gia (Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região), foi outro mundo.

O dia que entrei pela primeira vez na sala do sexto andar do condomínio Dias Velho, escrevi sobre uma hipotética greve dos eletricitários na máquina de escrever manual, usando a lauda do próprio *Linha Viva*. Glauco Marques, diretor de imprensa na época, me comunicou, dias depois, que eu havia sido selecionada para a vaga de jornalista. Tive que disfarçar os fogos de artifício que explodiam internamente. Eu não podia imaginar que tinha escolhido uma rota que percorreria por toda vida profissional. Uma jornada que, em 2024, completa 36 anos, todos a serviço da classe trabalhadora.

Guardo numa pasta jornais amarelados e esburacados pelas traças, fotos em preto e branco e textos que não se encontram na Internet. Nesse arquivo, guardo dezenas de edições do *Linha*

Viva, jornal semanal do Sinergia, lançado em março de 1988, e alguns projetos editoriais em que participei da elaboração.

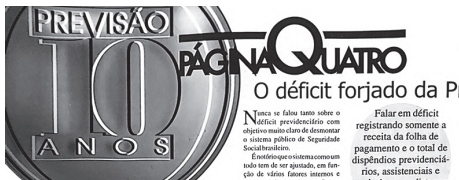
Entre 1988 e 1991, muitos jornalistas e estudantes encontraram, como eu, trabalho em sindicatos que acabavam de ser fundados, nos setores públicos, ou haviam derrotado direções pelegas. De tanto nos encontrarmos nos atos unificados, reuniões e nos eventos da cidade, criamos o Núcleo Organizado de Imprensa Sindical (NOIS). Sem registro na legalidade, o NOIS viabilizava o compartilhamento de textos, fotos e experiências na imprensa sindical.

Em maio de 1991, esse grupo conseguiu o apoio de dirigentes sindicais de diversas entidades e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para produzir quatro edições do jornal da Greve Geral. Ao todo foram distribuídos 120 mil exemplares para a população. Participei das três primeiras edições do jornal nos meus últimos dias no Sinergia. Fazer parte daquela grande redação, em que cada um produziu o que fazia melhor, foi a teoria colocada em prática. Sentimos, por um breve período, o gostinho do potencial da unidade e da liberdade. Mas, a incompreensão e as diferenças políticas nos recolocaram em nossas salas e em nossas demandas específicas. Fiquei impactada de tal forma que, ousou dizer, aquela experiência impulsionou meus movimentos profissionais nas décadas seguintes.

Unidade na realização dos Seminários

Um desses movimentos foram os Seminários de Imprensa Sindical, organizados e promovidos inicialmente pelo Sindprevs/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal em Santa Catarina) em 2002, 2008 e 2011. Lembro-me do primeiro, em dezembro de 2002, no auditório da Fecesc, reunindo Vito Giannotti, Luciano Faria, Samuel Pantoja Lima, Francisco Karam, Gastão Cassel, Celso Vicenzi e Sílvio Costa Pereira, no marco dos 10 anos do jornal *Previsão* do Sindprevs/SC. Já no segundo, em 2008, Marcela Cornelli trabalhou comigo na organização. Assim estava lançado o formato que, posteriormente, foi renomeado para Seminário Unificado de Imprensa Sindical, assumido por diversas entidades

(Sinasefe - Seção Sindical IFSC, Sindaspi, SEEB Florianópolis e Sintrajusc), até transformar-se no Fórum de Comunicação da Classe Trabalhadora e superar o limite estadual. Foram espaços de intensa reflexão e questionamento para os profissionais e para os membros das entidades sindicais, impulsionados por estudiosos, como o saudoso Vito Giannotti, do Núcleo Piratinin-ga de Comunicação. Entre a maioria dos profissionais, havia um sentimento de que tínhamos que superar “tudo” o que os sindicatos estavam fazendo em termos de Comunicação para ex-trapolar a base dos leitores das categorias e, também, as pautas corporativas.



I Seminário de Imprensa Sindical A ética ligada à valorização e à qualidade do trabalho

Rosângelo Bion de Assis jornalista, Assessor de Imprensa do Sindergov/SC, editor do jornal Previsão. Um dos palestrantes foi Vito Giannotti, escritor e coordenador do Núcleo Piratinin-ga de Comunicação, do Rio de Janeiro/RJ. Com toda a sua experiência em cursos sobre comunicação sindical, Vito deu dicas de ética e falas sobre a importância de as nossas publi-cações ficarem abertas à luta de outras categorias, para construir nos futuros e sonhos da classe trabalhadora. Ao lado de outros críticos da profissão, como Celso Vicenzi, Silvio Costa Pereira, Gastão Casari, Samuel Fátima e Luciano Faria e do professor José Francisco Karan, foi realizado um importante debate sobre a ética na imprensa sindical. Uma ética que está intrinsecamente ligada à qualidade do trabalho produzido e à valorização profissional. O Seminário foi uma oportunidade de fazer subsídios para fazer com que o projeto do jornal Previsão tenha condições de acompanhar os novos tempos, sem per-der tudo aquilo que foi construído nesse 10 anos de história.

Falar em déficit registrando somente a receita da folha de pagamento e o total de dispêndios previdenciários, assistenciais e rurais é querer distorcer o conceito de Seguridade Social.

Quando se fala tanto sobre o déficit previdenciário com objetivo muito claro de demontar o sistema público de Seguridade Social, é preciso lembrar que o conceito de Seguridade Social não se resume apenas ao pagamento de benefícios previdenciários, assistenciais e rurais, mas também ao sistema de contribuição, e que o conceito de Seguridade Social é muito mais amplo.

Quando se fala tanto sobre o déficit previdenciário com objetivo muito claro de demontar o sistema público de Seguridade Social, é preciso lembrar que o conceito de Seguridade Social não se resume apenas ao pagamento de benefícios previdenciários, assistenciais e rurais, mas também ao sistema de contribuição, e que o conceito de Seguridade Social é muito mais amplo.

Página Quatro
do jornal
Previsão



cartas
"Recentemente participei de uma reunião para discutir o projeto de lei que cria o novo sistema de contribuição para a Previdência Social. O projeto prevê a criação de uma nova contribuição para a Previdência Social, com base no salário de contribuição. Isso significa que os trabalhadores terão que pagar mais impostos para ter acesso aos benefícios previdenciários. Isso é uma medida que vai prejudicar a classe trabalhadora e aumentar o custo de vida. Espero que o Congresso Nacional não aceite esse projeto de lei e que seja possível encontrar uma solução que seja justa para todos os brasileiros."

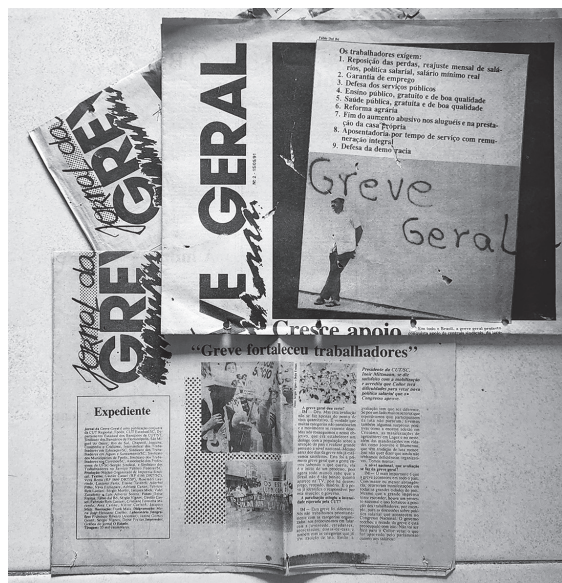
Os jornalistas das entidades também passaram a considerar os Seminários como espaços de debate das suas condições de trabalho, diante dos constantes desafios impostos pela multi-tarefa. Das produções impressas analógicas, caminhamos para as produções eletrônicas, com imagens digitais, os sítios, áu-dios, vídeos e, por fim, as Redes Sociais. Os jornalistas, como

toda classe trabalhadora, sentiram os efeitos das tecnologias na intensificação da produção, na redução dos quadros e na precarização das condições de trabalho. Esses encontros rompem o isolamento da maioria dos profissionais que atuavam nas assessorias, nos fortaleciam, nos mostravam quão parecidas eram nossas dores.

Seria importante resgatar mais sobre os debates realizados nessas décadas sobre a comunicação sindical. Há muito pouco sistematizado, por isso é preciso citar a importância deste livro organizado por Míriam Santini de Abreu e Sandra Werle. Os seminários reuniam a experiência oral de lideranças, comunicadores e jornalistas. Devem existir muitos registros nas publicações das entidades dos(das) participantes sobre as suas deliberações e debates. Em 2008, a Pobres & Nojentas editou um caderno “Pobres Teórica” sobre “Jornalismo em Sindicato”, com três artigos (Elaine Tavares, Míriam Santini de Abreu e Rosângela Bion de Assis) e um box do saudoso ilustrador Frank Maia. Em 32 páginas, há um conteúdo que, passados 15 anos, continua atual. A obra está disponível, gratuitamente, no Repositório da UFSC (https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/254170/Livreto_Jornalismo_Sindical.pdf?sequence=1&isAllowed=y).

Na primavera de 2015, a Cooperativa Comunicacional Sul produziu um caderno com a transcrição das 15 palestras que fizeram parte do 1º e 2º Seminários Unificados de Imprensa Sindical, ocorridos respectivamente em 2013 e 2014, em Florianópolis. Realizada pelo Fórum de Comunicação da Classe Trabalhadora, essa publicação resgata os principais momentos dos eventos que tiveram o apoio de 12 Sindicatos, duas Centrais Sindicais, do MST, Portal Desacato e Pobres & Nojentas. Avaliando, retrospectivamente, vejo que foi fácil reunir entidades para promover os debates, os seminários, mas a mobilização acaba na hora das ações conjuntas, no momento de definir como enfrentar os monopólios de comunicação. Serviram para troca de experiências entre os profissionais e para politizar o debate com as direções sindicais. Esse é o limite que não conseguimos superar.

*Jornais da
Greve Geral, de
maio de 1991*



Informar para formar

Volto a maio de 1991 porque, naquele momento, entidades e jornalistas fizeram um movimento raro: uniram-se, passaram por cima de diferenças políticas para priorizar uma ação de grande impacto informativo na cidade. Até hoje, passados 33 anos, eu não consigo me lembrar de outra situação comparável. Ou seja, a maioria da classe trabalhadora não coloca a comunicação como uma questão estratégica, um tema essencial para a conquista da Soberania. A luta pela Soberania Comunicacional é reivindicada há décadas por jornalistas e comunicadores identificados com as pautas da classe, mas é raro que apareça nos planejamentos estratégicos das entidades sindicais e populares.

Na Cooperativa Comunicacional Sul, anarquistas, simpatizantes da Teologia da Libertação, filiados a diversos partidos políticos de esquerda e centro/esquerda e não filiados trabalham lado a lado, diariamente, produzindo a “A Outra Informação”. Nossas diferenças existem, mas não são maiores que nossa certeza de que é urgente democratizar o acesso à informação verdadeira. A forma como a informação chega a grande maioria da população

inviabiliza o conhecimento do mundo como ele é: desde a realidade do bairro, o cenário da cidade e do mundo. A direita e a extrema-direita compreenderam isso e estão ganhando a guerra comunicacional no mundo. Ganharam quando o mundo era analógico e seguem vencendo na realidade digital, com as plataformas impondo suas regras, desconhecendo fronteiras.

O jornalismo é esvaziado do seu potencial de formação e transformação quando explorado de maneira comercial, quando usado para condicionar mentes e corações para negar a história e a ciência. Ele se torna qualquer coisa pra render mais visualizações, cliques e interações. Por isso o discurso de ódio e a desinformação imperam nas redes, trabalhados em mensagens individualizadas sem nenhum compromisso com a realidade. Só o jornalismo inclusivo e independente mantém sua função social. É um jornalismo que consegue dar visibilidade às histórias dos pobres, dos excluídos, dos pretos e pretas, dos povos originários, de comunidades diversas, de trabalhadores e trabalhadoras. Uma visibilidade digna, não feita a qualquer custo e de qualquer jeito.

Uma liderança do Assentamento Comuna Amarildo de Souza, localizado em Águas Mornas, afirmou que “Desacato salva vidas”, mostrando a força desse jornalismo comprometido com a verdade. Esse comprometimento e a coerência me fizeram entrar para o Portal Desacato em 2011 e, em 2017, me tornar a primeira presidenta da Cooperativa Comunicacional Sul.

Da esquerda para direita: Larissa Bronze Condeixa Cabral, Rosângela Bion de Assis, Raul Fitipaldi, Lidiane Ramos Leal e Lívia Monte em cobertura da mobilização dos moradores do Norte da Ilha, em abril de 2013



Decisões e atitudes diárias

Como pode a Comunicação Sindical contribuir para essa batalha mundial que nega à maioria do povo o direito humano à informação verdadeira? Reconhecer esse fato é o primeiro passo. Trabalhadores e suas lideranças vivem as consequências de décadas de desinformação. O capital avançou com voracidade sobre os direitos e a maioria sequer se reconhece enquanto classe trabalhadora. Não vamos desfazer esses sentimentos com os boletins, jornais, revistas, sites, redes e demais publicações das entidades. Todo esse material faz o trabalho necessário junto às categorias. Não é pouco, mas não é o suficiente para reverter o estrago que a potente máquina de mentiras, altamente turbinada, fez e continua fazendo sobre trabalhadores jovens e idosos. Eles sonham se auto explorar empreendendo, pois já não conseguem ter esperanças em poder se sustentar num trabalho com carteira assinada ou no Serviço Público.

Cada entidade sindical é responsável por colocar a comunicação como uma luta estratégica. Em 2015, antes do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, o jornalista e diretor executivo do Portal Desacato, Raul Fitipaldi, escreveu em seu texto para o 3º Seminário Unificado de Imprensa Sindical sobre a necessidade de “tomar decisões e ter atitudes diárias que nos permitam polarizar com a mídia do sistema dominante. O tempo todo e de forma mancomunada, esclarecida, profissional e sem claudicações.” Assim deve agir cada entidade, cada movimento, cada pessoa que acredita num outro mundo urgente para que coloquemos o debate sobre a “Democratização da Comunicação” num outro patamar. É urgente garantir as condições materiais e humanas para que mídias independentes e compromissadas com trabalhadoras e trabalhadores possam ser fonte de informação para a classe. Chega de criticar o que fazem contra nós os meios inimigos, chega de tentar se colocar neles, chega de acompanhar o que fazem, chega de nos irritar com o ódio que destilam. Eles cumprem um papel, nós é que não estamos priorizando a nossa comunicação na luta de classes.



Lançamento da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação, em novembro/2018, na Câmara de Florianópolis

Educar para transformar

Quando minha primeira filha tinha três anos, o líder indígena Galdino foi queimado em Brasília enquanto dormia num abrigo de ônibus. Ela assistia o telejornal e começou a chorar dizendo “Queimaram o indiozinho vivo”. Percebi a carga de violência a que estávamos, eu e meu esposo, expondo uma criança e nunca mais ligamos a televisão à noite. Ocupávamos esse horário cozinhando, conversando, estudando e lendo. Minhas duas filhas cresceram com uma visão crítica da informação que recebem pelos meios hegemônicos e pelas redes nada sociais.

Só com educação para a mídia teremos adultos que podem compreender como funciona a máquina que, no mundo, transforma dados e pessoas em mercadorias. Essa bandeira também precisa ser assumida pelas entidades, pelos movimentos e pelas pessoas que não desistem de trabalhar por um mundo mais justo e fraterno. Educar para compreender a mídia é desmascarar a neutralidade no jornalismo, o poder dos patrocinadores, a concentração da produção de informação no mundo, a manipulação que os algoritmos fazem para nos aprisionar em bolhas. Esse processo educativo é fundamental.

Em 2018, o Portal Desacato e a Cooperativa Comunicacional Sul estiveram à frente do processo que culminou com a criação de duas Frentes Parlamentares pela Democratização da Comunicação, uma na Câmara dos Vereadores de Florianópolis e outra na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O requerimento de instalação foi inicialmente acolhido pelo gabinete do então deputado, pelo Partido dos Trabalhadores, Dirceu Dresch, que na ocasião afirmou: “Vamos trabalhar para que a Frente seja de fato instrumento de enfrentamento ao monopólio da comunicação no país e à injusta assimetria na distribuição das verbas destinadas à publicidade pública. Vamos desenvolver ações que encontrem soluções, estruturais e legais, que garantam a democratização da produção e disseminação da informação”. Infelizmente, em 2019, com a vitória de Bolsonaro, todo esse processo foi interrompido.

Democratizar a comunicação exige políticas públicas e a regulação das plataformas digitais. Só assim poderemos enfrentar o fascismo que nos cerca e não vai retroceder. Acabei de resumir o desafio que pode ocupar algumas gerações da classe trabalhadora, mas posso garantir que podemos nos esperar nesta caminhada, reunindo mais e mais gente, acolhendo e protegendo, educando e dando visibilidade. Cada história que contamos nos mostra que a jornada vale a pena.

A LUTA (DESIGUAL) DE CLASSE NA COMUNICAÇÃO

Sérgio Luiz Homrich dos Santos

Até hoje, a história de todas as sociedades é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e aprendiz; em resumo, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travando uma luta ininterrupta, ora aberta, ora oculta — uma guerra que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com a destruição das classes em luta (1).

A máxima de Marx e Engels, expressa no capítulo 1 do Manifesto do Partido Comunista (1948), serve como ponto de partida para impulsionar o surgimento de uma imprensa alternativa, cujo único propósito é contribuir para o despertar das mentes e ao autoconhecimento da classe trabalhadora enquanto produtora de riquezas, a verdadeira classe produtiva. O maior desafio da comunicação sindical, assim, passa a ser o de se contrapor ao monopólio da informação que está na origem do capitalismo e da dominação de classe. Um jornalismo que esclarece, que informa e defende não o explorador, mas sim o explorado, e que coloca o capitalismo como a causa de todos os males.

Dilemas da comunicação sindical

O jornalismo sindical brasileiro nunca questionou o capitalismo. Teve uma fase ótima, cumpriu o seu papel em um período de efervescência das lutas por melhoria da condição de vida da

classe trabalhadora, com coberturas de greves, paralisações de fábricas e mobilizações contra a ditadura civil-militar imposta no país (1964-1985). Naquele período, pesquisas de opinião apontavam os Sindicatos dos Trabalhadores como as instituições de maior credibilidade junto ao público, atrás apenas dos Bombeiros e dos Correios.

Foi no meio deste cenário que surgiu o jornalista sindical, “profissional que optou por colocar o seu trabalho a serviço de uma classe. No exato momento em que fez esta opção, abriu mão do mito da neutralidade que envolve o jornalismo. O jornalista sindical não é de forma nenhuma neutro. Seu trabalho consiste claramente em defender os interesses de uma das classes da sociedade” (2). Na prática, deixa de existir aquela obrigação acadêmica de ouvir sempre “os dois lados” da notícia (cobrir prefeituras, câmaras de vereadores, associações comerciais e industriais) e de responder as cinco perguntas básicas do jornalismo: o que, onde, quando, como e por quê.

Sebastião Geraldo insiste que “o comunicador, sujeito cada vez mais presente no meio sindical, ao dominar as técnicas de comunicação e compreender a responsabilidade e o papel que lhe confere quando se coloca a serviço da luta da classe trabalhadora pela sua emancipação, deve ser o principal formulador, e porque não motivador, da política de comunicação, ou seja, da estratégia de tornar concreta uma proposta formulada pela direção sindical, mas não só por ela, de aproximação, troca, enfim, de interação com a categoria” (3).

Não dá para dizer que a relação dirigente sindical/jornalista sindical seja das mais consensuais, infelizmente. Como escreve Luiz Anastácio Momesso, “predomina no meio sindical a ideia de que os profissionais de comunicação, em especial os jornalistas, são meros repassadores de informação. O que caracteriza um bom profissional, segundo essa concepção, é o fato do mesmo estar bem informado e de ter o domínio técnico suficiente para dar conta de repassar o que quer a diretoria do sindicato, de forma presumivelmente fácil de ser decodificada pelo receptor. A concepção de comunicação respaldada nos conceitos de emissor e receptor transforma o receptor de sujeito em objeto e o comunicador de sujeito em instrumento” (4).

Trabalhador x colaborador

A ideologia dominante cumpre uma função prática: ela confere certa coerência e relativa unidade, ela cimenta e edifica o edifício social... é uma experiência vivencial e válida, uma experiência que alguém vive sem conhecer as verdadeiras forças motoras que a ideologia coloca em movimentação. Resumindo, o modus operandi que caracteriza o processo ideológico consiste em fazer com que essas forças motoras sejam esquecidas; ou, em outras palavras, em fazer com que as verdadeiras origens da ordem social existente desapareçam de vista, de tal modo que as pessoas sejam capazes de viver nesta ordem natural (5).

Jaraguá do Sul é uma cidade eminentemente industrial. Mas, nem sempre foi assim. Uma excelente referência para entendermos o grau de desmobilização da classe trabalhadora no Vale do Itapocu (microrregião que compreende os municípios de Jaraguá do Sul, Guarimirim, Corupá, Schroeder, Massaranduba, São João do Itaperiú e Barra Velha) é o livro “O Arco-íris encoberto - Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos-operários e faccionistas” (6). A publicação resgata que a chamada Colônia Jaraguá não recebeu imigrantes vindos diretamente da Europa, mas, sim, a partir de 1890, de colonos alemães, italianos, húngaros deslocados de outras áreas, como Joinville e Blumenau. A maioria deles cultivava milho, mandioca, frutas, fumo e cana-de-açúcar.

O professor-doutor Ancelmo Schörner, autor do livro, lembra que “... parte da mão-de-obra ocupada nas indústrias da cidade, a partir da entrada destas em sua fase dinâmica (1960), continuará a ser de pessoas que têm na agricultura a garantia do seu sustento, o que faz com que o salário fabril seja complementação da renda agrícola” (7). “Diante destas condições de industrialização, o município de Jaraguá do Sul e o Vale do Itapocu vão sofrer sensíveis transformações que os marcarão peculiarmente, uma vez que trouxeram consigo a diferenciação interna na composição da classe trabalhadora, com o surgimento e consolidação do “colono-operário”, e que vão dar início às disputas entre “os daqui” e “os que vêm de fora” (8).

O colono-operário não é um clássico trabalhador. Ou seja, suas características “são absorvidas e trabalhadas pelas empresas como

dispositivos capazes de assegurar formas sofisticadas de controle e utilização do seu potencial produtivo” (9). E vai além: “Os colonos-operários pensam, genericamente, que o sindicato não é necessário enquanto defensor de seus interesses e acabam confiando apenas em si mesmos como garantia de seu emprego. Quando se sindicalizam é com vistas a obterem descontos, consultas médicas e odontológicas, material escolar a preço de custo” (10).

Na microrregião, trabalhador é confundido com “colaborador”, termo utilizado para comprometê-lo com a fábrica enquanto prolongamento de sua própria existência e de sua família e não como meio de sobrevivência. Trata-se de um discurso patronal subliminar. “A colaboração objetiva privilegiar o “consenso” entre patrões e empregados através do pressuposto da dedicação dos primeiros para com os últimos e da obediência destes para com aqueles” (11). Outra característica apresentada no livro é a dos trabalhadores a domicílio, que são mais explorados do que os que trabalham na manufatura, pois a sua capacidade de resistência diminui com a sua disseminação.

Monopólio da comunicação no Vale do Itapocu

Déspotas esclarecidos (alusão à forma de governo monárquico, centralizador e autoritário que reinou na Europa durante o Século XVIII) sempre investiram pesados recursos para terem o controle absoluto da informação, na microrregião. Foi assim que aconteceu com patrões de uma das maiores empresas metalúrgicas do país e do mundo, que adquiriram o Correio do Povo, um dos mais antigos semanários de Santa Catarina, fundado em maio de 1919. Atualmente chamado OCP e disponível praticamente apenas na versão on line, o veículo é o porta-voz do poder econômico na cidade. No setor do Vestuário não é diferente. O ex-prefeito de Jaraguá do Sul e atual deputado estadual, dono de uma grande empresa têxtil, detém nada menos do que três emissoras de rádio locais.

Radialistas da cidade, bajuladores da classe empresarial, atacam costumeiramente as entidades sindicais de trabalhadores e lideranças do movimento social, sem nenhum conhecimento das relações sociais, com o mero prazer de satisfazer seus

egos reacionários. Como parte vulnerável da relação trabalhista e sempre a mercê dos interesses da classe dominante, a classe trabalhadora precisa apostar na coletividade para resistir a tantos retrocessos, porém, encontra resistência nesses radialistas com visão míope, que sabem que o trabalhador sozinho não tem poder de negociação e, por isso, se aproveitam da situação de penúria da classe trabalhadora para convencê-la de que o inseticida (patrão) é amigo da barata (trabalhador).

Práticas antissindiciais

Sem maior repercussão na mídia privada, as empresas instaladas no Brasil continuam usando e abusando das práticas antissindiciais. Sindicalistas são isolados, perseguidos e demitidos; trabalhadores são vigiados por câmeras internas e repreendidos quando se associam; espões vigiam assembleias e reuniões sindicais; boletins patronais desqualificam as lutas trabalhistas. A guerra, quase invisível, é permanente e violenta (12).

O movimento sindical sofreu um duro revés durante o “governo tampão” do golpista Michel Temer (MDB) – o vice-oportunista que, em 2016, com uma catrefa de políticos corruptos, derrubou a presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff (PT). A partir da aprovação da contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/2017), as formas de custeio dos sindicatos de trabalhadores ficaram limitadas aos sindicalizados. Extinto o Imposto Sindical obrigatório (aquele dia de trabalho descontado compulsoriamente de todos os trabalhadores, todos os anos), as contribuições passaram a ser opcionais. Não bastasse, dentro das fábricas os patrões aproveitaram o momento para, literalmente, “destruir o inimigo”.

Sutilmente, e de maneira sórdida, foi-se semeando entre as chefias das principais empresas de Jaraguá do Sul e Região a determinação para que os trabalhadores assinem as famosas “cartinhas de oposição” ao desconto da contribuição assistencial/laboral, aprovada durante a Assembleia Geral de retirada da pauta de reivindicações visando a renovação das Convenções Coletivas de Trabalho. As cartas chegam aos montes, inicialmente escritas de próprio punho e depois enviadas por e-mail dos próprios locais de trabalho. Em muitas ocasiões, veículos de empresas lotados de

trabalhadores estacionam na frente dos sindicatos e os incautos invadem as sedes para apresentarem as cartinhas e se oporem à manutenção das entidades de defesa dos seus interesses. O Sindicato dos Metalúrgicos, por exemplo, teve de assinar Termo de Ajuste de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público do Trabalho, com uma série de obrigações para que não dificulte a entrega das famigeradas cartas.

Além da não obrigatoriedade da contribuição sindical, a contrarreforma trabalhista afirma o negociado sobre o legislado, flexibiliza a jornada de trabalho, introduz novas modalidades de contratação – como o trabalho intermitente –, universaliza a terceirização e causa maior concentração de renda, com a redução de salários e aumento da pobreza e das desigualdades sociais. Ou seja, os grandes empresários e a mídia podem até dizer que todos precisam caminhar “de mãos dadas”, mas na prática não é assim. O trabalhador sabe que os patrões não pensam duas vezes antes de retirar direitos para aumentarem seus lucros.

Por conta disso, nos últimos anos houve um verdadeiro desmonte das entidades sindicais de trabalhadores, em todo o país, com ênfase em Jaraguá do Sul e Região, onde a indústria é preponderante. Demissão de funcionários dos sindicatos, redução dos atendimentos ambulatoriais (prática que vinha sendo adotada desde o século passado), venda do patrimônio das entidades, foram resultados diretos da contrarreforma trabalhista. O Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário (setor com mais de 22 mil na base, 80% de mulheres) diminuiu o número de médicos e dentistas e teve de se desfazer da Recreativa, localizada em um espaço privilegiado em meio à natureza e com duas amplas piscinas, quiosques e áreas de festa. Recentemente, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos vendeu a subsede, localizada em área central privilegiada de Guaramirim e para onde será transferida em breve a Câmara Municipal de Vereadores. A Recreativa, localizada em frente ao parque fabril da Weg II, também está à venda.

Toda essa situação retrata o grau de desmobilização atual da classe trabalhadora local. Sindicatos dos Metalúrgicos, do Vestuário, de Alimentação, da Construção Civil e do Mobiliário, dos Químicos, Plásticos, do Papel e da Borracha, Comerciantes e Servidores Públicos Municipais – para citar os mais relevantes –, que sempre

tiveram estrutura de comunicação sindical adequada, distribuíam informativos nas portas de fábrica, estiveram próximos dos trabalhadores que vivem o dia a dia explorados no chão da fábrica, perderam a capacidade de mobilização, conscientização e convencimento.

Engana-se quem pensa que o desmonte dos sindicatos afeta somente as entidades. Trata-se de um ataque ao poder de mobilização. Vale ressaltar que os direitos trabalhistas têm a ver com a proteção do trabalhador. Eles foram conquistados séculos atrás para limitar a ganância dos patrões na exploração da mão de obra. As elites destruíram o financiamento dos sindicatos. Com menos estrutura e mais responsabilidades, as entidades sindicais estão lutando para sobreviver em um cenário sufocante.

A história da Informa

Na década de 90, tive a oportunidade única de fazer jornalismo sindical na Oficina Comunicações, com o camarada Antônio Hélio Pereira e os advogados trabalhistas e militantes do Centro de Direitos Humanos “Maria da Graça Braz”, em Joinville, camaradas Chico Lessa (*in memorian*) e Cynthia Maria Pinto da Luz. Foi a primeira iniciativa de uma assessoria conjunta sindical, jurídica e de comunicação para a classe trabalhadora do norte de Santa Catarina que tenho conhecimento. Ali, havia até mesmo a estrutura de uma Gráfica e Editora, onde eram impressos informativos para dezenas de entidades sindicais.

Conheci Antônio Hélio Pereira quando ainda atuava na mídia oficial, simultaneamente, nos jornais *O Correio do Povo* e a Sucursal de *ANotícia*, em Jaraguá do Sul. Em muitas ocasiões, realizei as coberturas de assembleias de campanhas salariais dos trabalhadores metalúrgicos e de outras categorias na região. Professor e militante aguerrido, Hélio produzia o “Barricada Metalúrgica”, órgão de comunicação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, informativo de referência para a categoria até hoje (mas os tempos são outros, como vimos acima).

O nome “José Trincheira”, adotado nas redes sociais, resume a vida desse camarada, dedicada integralmente às lutas pela emancipação da classe trabalhadora. Hélio trabalhou na edição e

apresentação do Informa Luta, programa que foi ao ar a primeira vez em 1º de maio de 2013 na Rádio Comunitária Alternativa de Jaraguá do Sul e que ainda teve a participação das jornalistas Sílvia Agostini (locução) e Maria Helena de Moraes (redação). Em 2015, Hélio teve confirmado o diagnóstico de um câncer severo de pulmão. No ano seguinte, a doença afetou suas cordas vocais e a locução passou a ser feita por mim. Hélio tinha 61 anos quando nos deixou, às 9 horas do dia 21 de fevereiro de 2018, uma quarta-feira, no Hospital São José. Sua partida dói na alma e deixa a nossa luta mais fragilizada. No entanto, seu exemplo nos fortalece na trincheira onde sempre esteve. Antônio Hélio, presente!

Antes da Oficina Comunicações e da Informa Editora Jornalística (13), a comunicação do movimento sindical no norte de SC era constituída de militantes de Direitos Humanos, advogados trabalhistas e de dirigentes sindicais. Não havia jornalistas com formação acadêmica. A Informa está predestinada a defender os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores, baseada na verdade dos fatos, na realidade do mundo do trabalho e na certeza de que temos outro caminho que não seja o da exploração do capital. Nesses anos todos, desenvolveu campanhas não apenas voltadas à questão salarial imediata dos trabalhadores, de convocação de assembleias e manifestações, mas também de caráter comunitário.

A implantação da Delegacia de Proteção à Mulher de Jaraguá do Sul é resultado direto de um abaixo-assinado promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário (quase 9 mil assinaturas coletadas, na microrregião), campanhas de combate à Aids (no 1º de dezembro), pelo Dia Internacional da Mulher (8 de março), Dia Internacional do Trabalhador (1º de maio), pelo fim da violência contra a mulher, contra as drogas, e tantas outras. No dia 20 de outubro de 2000, com apoio das entidades sindicais, inauguramos a Biblioteca/Videoteca do Movimento Popular e Sindical, situada no Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário, centro da cidade, projeto que teve vida curta. A existência do Centro de Direitos Humanos de Jaraguá do Sul, do qual fui um dos fundadores (março de 1997) e sou atual coordenador, também se deve ao apoio imprescindível do movimento sindical de Jaraguá do Sul e Região.

Entre os anos de 2005 e 2014, a Informa assessorou a Fetiesc

(Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina), entidade com 44 Sindicatos filiados no estado, período de intensas atividades, cobrindo a realização de grandes eventos e congressos de trabalhadores, com palestrantes de renome nacional e internacional, com a publicação de um jornal mensal, chamado Mundo do Trabalho, e de revistas sobre a mulher e a juventude trabalhadora. Toda essa produção teve sempre a participação da jornalista Maria Helena de Moraes, meu amor e minha companheira de lutas. Sem ela, nada seria possível. Através dessa união na Informa, produzimos informativos, cartilhas e revistas sobre Direitos Trabalhistas, quando ainda os impressos dominavam a comunicação para os trabalhadores – atualmente, essas publicações estão praticamente fora de uso.

Da distribuição de informativos, corpo a corpo, nas portas de fábrica, a comunicação sindical se expandiu para revistas impressas e programas de rádio. O Informa Luta completa 11 anos em 2024. Semanalmente, aos sábados, das 9h às 10 horas, as questões do movimento sindical, popular e da esquerda estão nas ondas da Rádio Comunitária Alternativa, com entrevistas as mais diversas, sempre como “uma voz comprometida com os trabalhadores”, como diz a vinheta de abertura.

Hoje em dia, o leque da comunicação é muito maior, chegamos à rede mundial de internet – sou do tempo do MS-DOS (Sistema Operacional em Disco da Microsoft). Todo mundo tem condições de produzir, postar e compartilhar conteúdo a qualquer momento. A disputa se dá nas redes sociais, uma terra de ninguém. Blogueiros, influenciadores digitais e todas as novas plataformas de comunicação (Instagram, Youtube, Facebook, X/Twitter, Telegram, sites independentes, WhatsApp) pautam as nossas vidas. Isso se torna ainda mais preocupante do que a própria concentração existente na mídia tradicional. A liberdade de expressão é direito fundamental e a internet supera todas as barreiras, tornando-se o principal meio de se exercer essa liberdade.

Para completar a obsolescência em que se transformou a nossa profissão, em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) extinguiu a obrigatoriedade do diploma de nível superior (em Jornalismo ou em Comunicação social, Habilitação em Jornalismo) para o registro profissional e exercício da profissão de jornalista

no Brasil. Revisitando os tantos livros de faculdade que dizem respeito ao tema da comunicação de massa, percebo o quanto contribuíram para o meu conhecimento as referências vindas de professores marxistas. Embora não tenha tido como propósito nada além de integrar a equipe formal da redação de um jornal impresso (o que havia de melhor na época, a década de 80), a busca de fontes oficiosas em repartições públicas e entidades empresariais nunca me satisfizeram. O que sou hoje é resultado do que sempre defendi: um mundo sem exploradores e explorados, onde todas e todos tenham dignidade e possam evoluir como seres de direitos.

Eu não me calo

Perdoe o cidadão esperançado
minha lembrança de ações miseráveis,
que levantam os homens do passado.

Eu preconizo um amor inexorável.

E não me importa pessoa nem cão:
só o povo me é considerável,
só a Pátria é minha condição.

Povo e Pátria manejam meu cuidado,
Pátria e povo destinam meus deveres
e se logram matar o revoltado

pelo povo, é minha Pátria quem morre.

É esse meu temor e minha agonia.

Por isso no combate ninguém espere
que se quede sem voz minha poesia.

Pablo Neruda (1904-1973) - Incitação ao Nixonicídio e louvor da Revolução Chilena.

Referências

- 1 - **Manifesto do Partido Comunista** (1848) seja o livro mais difundido e conhecido entre os escritos por Karl Marx e Friedrich Engels.
- 2 - **Comunicação Sindical: falando para milhões**. Cláudia Santiago e Vito Gianotti.
- 3 - A globalização da economia e a comunicação sindical. Sebastião Geraldo. Em **O impasse da Comunicação Sindical: de Processo Interativo a Transmissora de Mensagens**. Maria Nazaré Ferreira. 1995.
- 4 - Comunicação Sindical: Limites, Contradições, Perspectivas, ECA-USP, 1994, p. 117-119. Luiz Anastácio Momesso. Em **O impasse da Comunicação Sindical: de Processo Interativo a Transmissora de Mensagens**. Maria Nazaré Ferreira. 1995.
- 5 - **Comunicação & Poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. Pedrinho Guareschi.
- 6 - **O Arco-íris encoberto** - Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos-operários e faccionistas. Anselmo Schörner.
- 7 a 11 - Idem.
- 12 - **Sindicalismo, resistência e alternativas**. Altamiro Borges.
- 13 - Informa Editora Jornalística Ltda. CNPJ 72.407.729/0001-98. Sócios/Administradores: Sérgio Luiz Homrich dos Santos e Maria Helena de Moraes.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Claudia Rocha Araujo é jornalista (UPF/RS - 2000), especialista em Políticas Públicas (UDESC/SC - 2006). Entre 2004 e 2023, prestou serviços de comunicação para entidades de classe como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC), Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina (CRF-SC), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi), Sindicato dos Farmacêuticos (SindFar/SC) e Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de SC (Sintaema-SC).

Cíntia Teixeira dos Santos é jornalista, formada pela Universidade Federal de Santa Catarina, atuando no movimento sindical há quinze anos. Catarinense de Tubarão, nasceu em 1978, é casada com Caetano e tutora da cã Matilde. Atualmente voltou aos bancos universitários, onde estuda Letras Português na UFSC.

Cristiane Mohr é profissional há 25 anos no mercado da Comunicação Social / Jornalismo / Assessoria de Imprensa, atuando em empresas de Comunicação, Jornais, Assessorias de Imprensa, sendo 10 deles em sindicato de trabalhadores. Adquiriu sólida experiência em Jornalismo, Políticas de Comunicação,

Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e WEB Jornalismo, Redes Sociais, sites, entre outras atividades inerentes aos cargos exercidos.

Gastão Cassel é jornalista, publicitário e mestre em Literatura. Atuou na imprensa sindical nos anos 80 e 90, sendo autor da concepção e criação do Linha Viva, do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e foi seu editor por oito anos. Como diretor da Quorum Comunicação, assessora e presta serviços a entidades sindicais.

Maria José H. Coelho é diretora de comunicação do Instituto Joaquín Herrera Flores-AL. Mestranda em Educação - Especialização em Ensino Superior e Tecnologias da Informação e Comunicação (UNIB/Universidad Internacional Ibero Americana). Foi coordenadora de Comunicação do Instituto Observatório Social (2000/2004) e presidenta do Instituto Primeiro Plano (2004/2014). Curadora da Exposição “PARA TODOS – Movimento Político das Pessoas com Deficiência - Mostra Itinerante” (SDH/OEA 2012/2015) e “Terra, Trabalho e Liberdade” (2016-2017-2019). Editora do “Livro dos Votos da Comissão de Anistia” (2012); “Caravanas da Anistia: O Brasil pede perdão” (2012); Paredes Invisíveis vol.1 e 2 – Hanseníase no Brasil (Amazonia e Nordeste) (SDH/PR 2013). Editora e produtora exec. dos documentários “Uma dor suspensa no tempo - Justiça de Transição na América do Sul” (2013) e “Paredes Invisíveis - preconceito. isolamento. superação - políticas públicas” e hanseníase no Brasil Amazônia e no Nordeste (2012).

Michel Goulart da Silva é doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi membro da direção do Sinasefe Litoral entre 2013 e 2020. Atua como Técnico-Administrativo em Educação na reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), em Blumenau. Este texto é uma versão revista e ampliada de Silva (2020).

Miriam Santini de Abreu é doutora em Jornalismo (UFSC), mestre em Geografia (UFSC), especialista em Educação e Meio Ambiente (UDESC) e graduada em Comunicação Social/Jornalismo (UNISINOS). Autora do livro “Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável” (EdUFSC, 2006) e organizadora dos livros “A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis” e “Território e texto: jornalismo ambiental em Santa Catarina (Revista Pobres & Nojentas; Letra Editorial, 2020 e 2023). Também organizou, com Laura Faerman, o livro “A atualidade da obra do jornalista Marcos Faerman” (Revista Pobres & Nojentas; Vu Produtora, 2023). É coeditora da Revista Pobres & Nojentas, integra o Projeto Repórteres SC e pesquisa a Rua no Jornalismo. Trabalhou em quatro sindicatos de Florianópolis.

Moacir Loth, jornalista desde 1975, nasceu em Blumenau (SC) em 8 de junho de 1958. Participou da direção da ABJC, Conjai, Fenaj e Sindicato dos Jornalistas de SC, no qual integrou a Comissão de Ética. Autor do livro “Educação, ideologia e constituição” e organizador de “Comunicando a ciência” (ABJC, UFSC e Fenaj). Presidiu a Comissão Organizadora do 6º Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico. Sob a sua direção, em 1994, a Agecom/UFSC ganhou o Prêmio José Reis de Divulgação Científica. Pelo JSC conquistou em 1993 o Prêmio Esso de Jornalismo (Regional). Coordenou até 2010 o Programa de Jornalismo Científico (convênio Fapesc/UFSC).

Rosângela Bion de Assis é manezinha da ilha, e seu amor pela escrita começou com a poesia, no Instituto Estadual de Educação. Formada em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1989, atua há 36 anos como jornalista em Sindicatos e Associações. Entre 2006 e 2012 fez parte da equipe da Revista Pobres & Nojentas. Em 2008 lançou o livro de poemas “Transparente Demais”, pela Editora Letra. Atualmente é jornalista e assessora do Sindprevs/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Serviço Público Federal de Santa Catarina). Entrou para o Portal Desacato em 2011 e desde 2017 é presidenta da Cooperativa de Trabalho Comunicacional Sul, onde milita pelo jornalismo excluído e independente.

Sérgio Luiz Homrich dos Santos é graduado em Comunicação Social, Habilitação Jornalismo, na Unisinos, São Leopoldo (RS); participante do Seminário de Atualização de Profissionais da Imprensa, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1993; delegado do 14º Encontro Nacional de Jornalistas em assessoria de Comunicação do Mercosul, Florianópolis, em 2003; participante do Seminário Regional de Comunicação, Florianópolis, em 2003; participante do Curso de Comunicação Sindical Avançado, do Núcleo Piratininga de Comunicação, Belo Horizonte (MG), em 1998; participante do Curso História das Lutas dos Trabalhadores, pelo Núcleo Piratininga, São Paulo (SP), em 1997. Atuou como repórter e editor em vários veículos; jornalista do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, 1995 a 2001; sócio-proprietário da Informa Editora Jornalística Ltda. Diretor de Comunicação da Associação Rádio Comunitária Alternativa de Jaraguá do Sul; ex-coordenador da Regional Sul do Movimento Nacional de Direitos Humanos; ex-diretor do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, 2005 a 2011; assessor de comunicação de entidades sindicais de Trabalhadores de Jaraguá do Sul e Região; ex-diretor do Conselho Carcerário da Comunidade; ex-conselheiro municipal de Saúde; ex-conselheiro municipal de Assistência Social, representando o CDH/JS. Conselheiro municipal da Igualdade Racial (Compir), gestão 2022-2024. Colunista do Portal Desacato.

